



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

**PROCESSO Nº 1241/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018**

**LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O ITEM 1, E EXCLUSIVO PARA
MICROEMPRESA – ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP OU EQUIPARADAS
PARA OS ITENS 2, 3, 4 E 5.**

**JUIZ DE FORA/MG
2018**



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE

CONTRATOS E CONVÊNIOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1241/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

EDITAL
ÍNDICE

PREÂMBULO

- 1 - DO OBJETO**
- 2 - DA ÁREA SOLICITANTE**
- 3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 4 - DO CREDENCIAMENTO**
- 5 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES “PROPOSTA” E “DOCUMENTAÇÃO”**
- 6 - DA PROPOSTA - ENVELOPE 1**
- 7 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE 2**
- 8 - DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO**
- 9 - DOS RECURSO**
- 10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 11 - DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS**
- 12 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 13 - DO CONTRATO**
- 14 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
- 15 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**
- 16 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**
- 18 - DA DESPESA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 20 - DA RESCISÃO**
- 21 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

ANEXOS

- I - TERMO DE REFERÊNCIA**
- II- MODELO DE PROCURAÇÃO**
- III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADA**
- IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**
- V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**
- VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA - INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88**
- VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- VIII - MINUTA DO CONTRATO**



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

PREÂMBULO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA**, com endereço na Rua Halfeld, 955, centro, Juiz de Fora – MG, CEP 36016-000, torna público que, no local, data e horário abaixo indicado, realizará a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1241/2018**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018**, para o **REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2018, do tipo menor preço, com fornecimento de forma parcelada**, sendo o **ITEM 1** para **AMPLA CONCORRÊNCIA** e os **ITENS 2, 3, 4 e 5 EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA – ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP OU EQUIPARADAS**, regido pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, Ato Municipal nº 167/2013, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 7.596, 25 de outubro de 2002, no que couber, Ato nº 63, de 29 de junho de 2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as modificações introduzidas por leis posteriores, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Lei Estadual nº 20.826, de 31 de julho de 2013, Lei Municipal nº 12.211, de 10 de janeiro de 2011 e demais condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

O pregão será realizado pelo Pregoeiro Felipe Loures Nunes – Matrícula nº 1776, tendo como Equipe de Apoio os servidores: Frederico Carlos Cardoso – Matrícula nº 1737, Karine Oliveira de Andrade Xavier – Matrícula nº 1871 e Luiz Wanderlei Rachid Filho – Matrícula nº 1896, designados conforme designados conforme a **Portaria nº 4.959, de 28 de agosto de 2018**.

A abertura da licitação ocorrerá **no dia 13 de novembro de 2018, às 9h30min**, na sala da Escola do Legislativo “Professor William Coury Jabour”, situado no 1º andar do **PRÉDIO DO INSS**, sito na Rua Marechal Deodoro, 722, centro, Juiz de Fora - Minas Gerais, CEP 36.015-460, quando os interessados deverão apresentar ao Pregoeiro os envelopes nº 01 - Proposta Comercial e nº 02 - Documentos de Habilitação.

1- DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresas para aquisição de equipamentos de informática e software, na modalidade de Registro de Preços, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas neste Edital e seus Anexos.

2 – DA ÁREA SOLICITANTE

2.1 – Divisão de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação Pessoas Jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos.

3.1.1 – Por força do disposto no inciso I do art. 48 da Lei complementar nº 123/06, alterado pela Lei Complementar nº 147/14, o **Item 1** será destinado à **Ampla Concorrência** e os **Itens 2, 3, 4 e 5** serão destinados **exclusivamente à participação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP ou equiparadas**, sem prejuízo da sua participação na Ampla Concorrência.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

3.2 – É vedada a participação neste Pregão:

3.2.1 - de interessados que se encontrarem em processo de falência, dissolução ou em liquidação;

3.2.2 – de empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3 - de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

3.2.4 - de sociedades empresárias ou não, em consórcio, controladas, coligadas ou subsidiárias.

3.2.4.1 - Considerando que é ato discricionário da Câmara Municipal de Juiz de Fora, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto e que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” nesta licitação.

3.3 – As empresas participantes deste Pregão deverão possuir a documentação de habilitação de acordo com o disposto na Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - O interessado ou o seu procurador deverá apresentar-se perante o Pregoeiro para proceder ao respectivo credenciamento, munido dos documentos que o credenciem a participar deste procedimento licitatório, **inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais**.

4.2 - Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3 – A ausência do credenciado não constituirá motivo de inabilitação do proponente ou desclassificação de sua proposta, também não o será se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.

4.3.1 – Na ausência do credenciamento, o proponente ficará sem representante perante o Pregoeiro, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, ofertar lances, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo esta situação até que a exigência do credenciamento seja atendida.

4.4 – Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

4.4.1 - tratando-se de sócio-administrador, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no Cartório de registro Civil das Pessoas Jurídicas ou outro órgão que equivalha, qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.4.2 - tratando-se de procurador, a **PROCURAÇÃO** por instrumento público ou particular com firma reconhecida (conforme modelo Anexo II), **NA QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados no **item 4.4.1**, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.5 – Os documentos a que se referem os subitens **4.4.1** e **4.4.2** (em fotocópia autenticada ou acompanhada do original para autenticação por parte do Pregoeiro), deverão ser entregues ao Pregoeiro, no ato do credenciamento, **fora do envelope de habilitação**.

4.6 - A licitante **deverá** declarar sua condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP ou sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, mediante declaração conforme o modelo constante no **Anexo III**, desde que cumpra os requisitos legais para qualificação como ME ou EPP ou equiparada, conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011, e que não esteja sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo.

4.6.1 - A ausência da declaração ensejará a não utilização das condições especiais para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP ou equiparadas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/06.

4.7 - o sócio-administrador ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.8 – **Cópia do respectivo Estatuto ou do Contrato Social (com firma reconhecida ou original para reconhecimento)**, no qual estejam expressos os poderes do representante legal para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, deverá ser entregue o Pregoeiro, no ato do credenciamento, fora do envelope de habilitação.

4.9 – Juntamente com o credenciamento deverá ser apresentada a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme dispõe o art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/02, podendo utilizar-se do modelo constante do **Anexo IV** deste Edital.

4.10 – A declaração e as cópias de que trata os itens acima deverão ser apresentadas fora do envelope de documentação, ou seja, separadamente à documentação solicitada no **item 7 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE 2** – porém, sugere-se que sejam encadernados ou afixados por grampos a fim de evitar o extravio dos mesmos.

4.11 - A licitante que prestar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

4.12 - Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados na forma do **subitem 7.7.2** deste Edital, no início da sessão do pregão.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

4.13 – Caso não haja a apresentação de algum dos documentos de credenciamento ou ainda sobre os mesmos recaia incorreção insanável, a **licitante** ficará excluída da etapa de **lances verbais** e será mantido o seu preço apresentado na **proposta escrita**, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.14 – O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

4.15 – O registro comercial, ato constitutivo, deliberativo ou contrato social da pessoa jurídica, a ser apresentado no ato do credenciamento, conforme os **subitens 4.4.1 e 4.4.2** deste Edital devem estar em vigor, acompanhados da última alteração porventura existente.

5 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES “PROPOSTA” E “DOCUMENTAÇÃO”

5.1 - No dia, horário e no local fixados no preâmbulo deste Edital, o representante legal de cada licitante deverá apresentar ao Pregoeiro, simultaneamente, além do credenciamento e da declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação prevista no art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/02, em avulso, a proposta escrita e a documentação de habilitação, essas, respectivamente, em envelopes **separados, fechados e rubricados no fecho**, de preferência **opacos**, contendo em suas partes externas e frontais, os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA
CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018
LICITANTE: _____.
CNPJ: _____.

ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018
LICITANTE: _____.
CNPJ: _____.

6 - DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE 1

6.1 - A proposta de preços contida no **Envelope “Proposta”**, em uma via, deverá ser digitada ou impressa eletronicamente em papel timbrado ou com a identificação da empresa licitante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, devidamente datada, assinada na última página e rubricada nas demais, pelo representante legal da licitante, a ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre, observado o **Anexo V** deste Edital, dela constando:

6.1.1 - especificação detalhada, de forma a caracterizar e identificar perfeitamente o objeto cotado, indicando a **marca** e o **modelo** oferecidos, observadas as especificações, quantidades e condições previstas no **Termo de Referência** constante do **Anexo I** deste Edital;

6.1.2 - preço unitário e total de cada item cotado;



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

6.1.3 – prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias corridos a contar de sua apresentação;

6.1.3.1 – Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.1.4 - razão social da licitante, o número do CNPJ, o telefone ou “e-mail”, se houver, e o respectivo endereço, com CEP;

6.1.5 - nome do banco, agência bancária e número da conta corrente da licitante, para efeito de pagamento da despesa;

6.1.6 – nome completo, estado civil, profissão, número do CPF e do documento de identidade (RG), domicílio e cargo do representante legal da empresa, encarregado, nos termos do contrato social, da assinatura do instrumento contratual decorrente deste Pregão;

6.1.7 – declaração de que tem pleno conhecimento das exigências do Edital e do objeto licitado e estar de acordo com os termos do mesmo e que acata suas determinações, informando que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, carga, descarga e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação;

6.1.8 – apresentar quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante.

6.2 – Serão aceitas propostas para um ou mais itens, assim como para a totalidade dos mesmos, sendo que a licitante somente deverá oferecer uma proposta.

6.3 - Ocorrendo omissões de informações nas propostas apresentadas, desatendendo aquelas que foram ora solicitadas, serão consideradas aquelas previstas neste instrumento de convocação, salvo quando não atenderem às exigências relativas às suas especificações, quando as omissões ou irregularidades venham dificultar ou impossibilitar seu julgamento ou quando apresentarem cotação de objeto diverso daquele previsto neste Edital, caso em que serão desclassificadas.

6.4 – Em caso de divergência entre os preços em algarismos e expressos por extenso, deverá prevalecer esse último, bem como terá preferência, para efeito de cálculo do preço total, o valor unitário de cada item apresentado pela licitante.

6.5 – O valor global da proposta deverá corresponder ao somatório dos preços totais de cada item ofertado, que, por sua vez, será o resultado da multiplicação do preço unitário do item por sua quantidade, expresso em numeral e por extenso.

6.6 – Os valores devem ser cotados em moeda nacional com 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

6.7 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

7 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 02

7.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1 – Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores.

7.1.2 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

7.1.3 – Cédula de identidade e registro comercial, no caso de empresário individual.

7.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.2.1– prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.2 – prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

7.2.3 - Prova de regularidade relativa à seguridade social, emitida através da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

7.2.4 – Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;

7.2.5 - prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da proponente;

7.2.6 - certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado, com os mesmos efeitos da CNDT, se verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, instituída pela Lei nº 12.440/2011.

7.3 – CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.3.1 – Para ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, a comprovação **deverá** ser feita por meio de **certidão expedida pela Junta Comercial** comprovando sua condição, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC; ou

7.3.2 – Para sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

7.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1 – Certidão Negativa de Falência ou Recuperação judicial/extrajudicial ou execução patrimonial, expedida pelo cartório distribuidor da sede ou domicílio da licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data fixada para a entrega dos envelopes.

7.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1 – Atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando o fornecimentos similares e compatíveis com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos **1 (um) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.**

7.6 – CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

7.6.1 – Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do art.7º da Constituição da República, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, observado o modelo do Anexo VI deste Edital.

7.7 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.7.1 - A documentação relacionada nos subitens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3, 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.2.4, 7.2.5 e 7.4.1 poderá ser substituída, conforme disposto no § 3º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena, conforme decreto 7.654, de 6 de dezembro de 2002, com a seguinte classificação: Categoria – A3 – Fornecimento/entrega parcelada (art. 2º, alínea “c”); Grupo Técnico 02 ou 03; Grupo Econômico a partir do 01, com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.7.1.1 – No caso de não constar no CAGEL quaisquer documentos exigidos para a habilitação, a licitante deverá complementar a documentação exigida.

7.7.2 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados **em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena até a data fixada para abertura do Pregão.**

7.7.2.1 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação, na sessão do pregão.

7.7.2.2 - Os documentos de habilitação não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

7.7.3 - Os documentos relacionados nos subitens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.2.4, 7.2.5 e 7.2.6 terão sua autenticidade certificada junto aos “sites” dos órgãos emissores, para fins de habilitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

7.7.4 – Os documentos de que trata o subitem **7.1**, já apresentados e aceitos na fase do credenciamento, novamente solicitados na habilitação jurídica, poderão ser aproveitados pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, não sendo necessária a apresentação no envelope “documentação”.

7.7.5 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

7.7.5.1 – Poderá a licitante, se filial, apresentar aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7.6 - Deverá ser apresentada toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7.7.6.1 – Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME, EPP ou equiparada for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.7.7 – A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

7.7.8 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos **5 (cinco) dias úteis** inicialmente concedidos.

7.7.9 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **7.7.8**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, sendo facultado à Câmara Municipal convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.7.10 – Se a documentação de habilitação não estiver completa ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada.

8 – DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO

8.1 - No dia, horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os credenciamentos e aberta pelo Pregoeiro a sessão pública destinada ao recebimento da declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação e ao recebimento e abertura dos envelopes Proposta e Documentação.

8.2 – Em nenhuma hipótese serão recebidos documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

8.2.1 - As empresas licitantes interessadas em participar do certame através do envio de envelope devidamente fechado, lacrado e rubricado no lacre, contendo os respectivos documentos de Credenciamento, Envelope Proposta e Envelope Documentação, poderão remeter os mesmos para o **endereço indicado no Preâmbulo** deste Edital.

8.3 – Serão abertos pelo Pregoeiro todos os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que se procederá à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.4 - Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante:

a) retardatária, a não ser como ouvinte;

b) que não apresentar a declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/02.

8.5 – No horário indicado para início da sessão pública do Pregão, pretendendo a licitante credenciar representante, deverá apresentar ao Pregoeiro documento comprovando possuir poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos relativos a este Pregão.

8.5.1 – Somente poderá participar da fase de lances verbais o representante legal da licitante, presente ao evento, devidamente credenciado.

8.6 – No mesmo ato, o Pregoeiro receberá a declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação e os envelopes Proposta e Documentação, em separado, procedendo, em seguida, a abertura dos envelopes Proposta, aos procedimentos de classificação das propostas, à etapas de lances e julgamento.

8.7 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA A ETAPA COMPETITIVA

8.7.1 – Será feito exame de conformidade da proposta, consistindo em conferência, análise e classificação das propostas em confronto com o objeto e exigências deste Edital.

8.7.1.1 – Serão classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, somente as propostas que atenderem plenamente os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.7.1.2 - A desclassificação da proposta da licitante importa sua exclusão das fases seguintes.

8.7.2 – Após o exame da conformidade das propostas, o Pregoeiro classificará a proposta de menor preço em relação ao valor estimado da contratação e todas aquelas apresentadas com valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação à proposta de menor preço.

8.7.3 – Quando não forem identificadas no mínimo três propostas escritas de preços, nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro fará a classificação dos três menores preços ofertados, quaisquer que sejam os valores ofertados.

8.7.4 – As propostas serão colocadas em ordem crescente de preço cotado para que os representantes legais das licitantes participem da etapa competitiva, por meio de lances verbais.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

8.7.4.1 – Havendo empate no terceiro valor, serão selecionadas todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo preço.

8.7.5 – Dar-se-á início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de modo sucessivo, em percentuais distintos e decrescentes.

8.8 – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE PARA O ITEM 1 – AMPLA CONCORRÊNCIA.

8.8.1 – Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada para o **Item 1** não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até **5% (cinco por cento) superior ao melhor preço**, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar n.º 123/06 e Lei Municipal n.º 12.211/2011.

8.8.2 – Ocorrendo o empate e comprovada a condição de ME ou EPP na fase de credenciamento dos licitantes, nos termos do **item 4.6**, proceder-se-á da seguinte forma:

8.8.2.1 – Apresentado novo lance pela ME ou EPP, nos termos do subitem anterior e, atendidas as exigências habilitatórias, o objeto do certame será adjudicado em seu favor.

8.8.2.2 – Não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no subitem **8.7.2**, na ordem, de classificação, para o exercício do direito de preferência.

8.8.2.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pela ME ou EPP que se encontrem nesse limite, será realizado sorteio entre essas empresas para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.

8.8.3 – Na hipótese da não contratação da ME ou EPP, o objeto licitado será adjudicado à licitante detentora da proposta originalmente vencedora da etapa de lances.

8.8.4 – Será declarada vencedora do certame a licitante que ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar n.º 123/06 e Lei Municipal n.º 12.211/2011, ofertar o menor preço do item.

8.9 – DA ETAPA DE LANCES

8.9.1 - Classificadas as propostas e uma vez iniciada a etapa competitiva, o Pregoeiro convidará individualmente os representantes legais das licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da licitante detentora da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de preços ofertados.

8.9.1.1 – A licitante oferecerá lance verbal sobre cada item ofertado.

8.9.1.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

8.9.1.3 - Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pelo Pregoeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

8.9.1.4 - A licitante que se abster de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, ficará excluída dessa etapa e terá mantido o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

8.10 – DO JULGAMENTO

8.10.1 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, decidindo motivadamente a respeito.

8.10.1.1 - O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, considerando que esta licitação é do tipo menor preço, conforme disposto no art. 4º, inciso X, da Lei nº 10.520/02.

8.10.1.2 – Com base no art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93, serão considerados os valores máximos a seguir especificados, para fins de aceitabilidade das propostas:

Item 1 - Valor unitário **R\$6.036,50** perfazendo o valor total de **R\$150.912,50 (cento e cinquenta mil novecentos e doze reais e cinquenta centavos)**.

Item 2 - Valor unitário **R\$5.459,07** perfazendo o valor total de **R\$10.918,14 (dez mil novecentos e dezoito reais e quatorze centavos)**.

Item 3 - Valor unitário **R\$1.413,97** perfazendo o valor total de **R\$2.827,94 (dois mil oitocentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos)**.

Item 4 - Valor unitário **R\$3.345,22** perfazendo o valor total de **R\$16.726,10 (dezesseis mil setecentos e vinte e seis reais e dez centavos)**.

Item 5 - Valor unitário **R\$814,45** perfazendo o valor total de **R\$4.886,70 (quatro mil oitocentos e oitenta e seis reais e setenta centavos)**.

Valor total dos itens de 1 a 5: R\$186.271,38 (cento e oitenta e seis mil duzentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos).

8.10.1.3 - Serão desclassificadas, com base no art. 48, incisos I e II da Lei nº 8.666/93, as propostas que:

a) apresentarem preços excessivos ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o objeto do Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital;

b) não atenderem às exigências contidas neste Pregão.

8.10.2 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

8.10.3 - Havendo apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do Edital, esta poderá ser aceita.

8.10.4 - A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope “Documentação”, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com quaisquer irregularidades, será inabilitada, sem prejuízo de ser-lhe aplicada, no que couber, as penalidades previstas no **item 19** deste Edital e demais cominações legais.

8.11 – DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO

8.11.1 - Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes Proposta e Documentação em um único momento, ou ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

8.11.1.1 - Os envelopes não abertos e rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro e pelos representantes legais dos licitantes presentes, ficarão em poder do Pregoeiro e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

8.11.2 - Se a proposta não for aceitável ou o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do licitante e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital, para o qual tenha apresentado proposta.

8.11.3 - Nas situações previstas nos **subitens 8.10.1, 8.10.2 e 8.10.3** o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.4 - Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão deste Pregão.

8.11.5 – Após a fase de classificação não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8.11.6 - Ultrapassada a fase de análise das propostas e abertos os envelopes “Documentação”, não caberá desclassificar as licitantes por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.11.7 – Verificado que a proposta de menor preço para o objeto licitado atende às exigências fixadas neste Edital, quanto à proposta e à habilitação, será a respectiva licitante declarada vencedora.

8.11.8 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras durante a tramitação do certame e em especial na Sessão do Pregão, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

8.11.9 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

8.11.9.1 - Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

8.11.9.2 – O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação da licitante.

8.11.10 – Da reunião lavrar-se-á a ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, devidamente assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelas licitantes presentes.

8.11.11 – A licitante vencedora do certame **deverá** encaminhar **até as 11 (onze) horas do dia seguinte à realização do pregão**, a proposta comercial **ajustada ao preço final**, conforme **Anexo V**, devendo ser protocolizada no **Núcleo de Licitações e Gestão de Contratos e Convênios** – situada na Rua Marechal Deodoro nº 722, 2º andar, com o servidor Felipe Loures Nunes – Pregoeiro.

8.11.11.1 – Havendo interposição de recurso e contrarrazões, a entrega da proposta comercial da licitante vencedora, ajustada ao preço final, deverá ser marcada pelo Pregoeiro.

8.11.12 - Depois de concluída a licitação e assinada a pertinente contratação, os envelopes não abertos contendo a documentação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de 30 (trinta) dias, decorrido este prazo, os mesmos serão inutilizados.

9 - DO RECURSO

9.1 – No final da sessão, com a declaração do vencedor do objeto licitado, qualquer representante legal da licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente** a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentação das razões de recurso, contados da lavratura da Ata, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões **em igual número de dias**, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1 - As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser protocoladas no **Núcleo de Licitações e Gestão de Contratos e Convênios** – situada na Rua Marechal Deodoro nº 722, 2º andar, com o servidor Felipe Loures Nunes – Pregoeiro.

9.1.2 - A licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de **3 (três) dias**, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

9.3 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE

CONTRATOS E CONVÊNIOS

9.4 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos da Câmara Municipal e comunicado a todos os licitantes via correio eletrônico.

10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedora, competindo ao Presidente da Câmara Municipal homologar o procedimento licitatório.

10.2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente da Câmara Municipal adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

11 – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

11.1 - Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa física ou jurídica, até o 2º dia útil que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico nucleodelicitacao@camarajf.mg.gov.br, ou por via postal, ou protocolizadas no **Núcleo de Licitações e Gestão de Contratos e Convênios**, situado à Rua Marechal Deodoro, 722, 2º andar, centro, na cidade de Juiz de Fora, no horário de 8 às 12 horas e de 14 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor técnico competente.

11.1.1 - Caso a impugnação seja apresentada por meio de endereço eletrônico, o impugnante deverá apresentar, dentro do prazo de até o 2º dia útil que anteceder a abertura das propostas, o **original da peça impugnatória, devidamente assinada**, conforme subitem 11.2.

11.2 - A petição deverá ser assinada pela impugnante, por meio de seu representante legal ou procurador, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço. No caso de representação legal, do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

11.2.1 - Os documentos citados no subitem 11.1 poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo Pregoeiro ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, *caput*, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

11.3 - A Câmara Municipal não se responsabilizará por recursos ou impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas.

11.4 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

11.5 - A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante por *e-mail*, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no *site* desta Casa Legislativa para conhecimento de todos os interessados.

11.5.1 - No caso de a impugnação ser apresentada por meio de endereço eletrônico, o prazo para a decisão do Pregoeiro começa a contar a partir do protocolo de recebimento da via original da peça impugnatória.

11.6 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o Edital poderão ser feitos através do e-mail: nucleodelicitacao@camarajf.mg.gov.br, via telefone (32) 3250-2928 ou no endereço citado no subitem **11.1**.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – Após a homologação do resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e o número de fornecedores a terem seus preços registrados, **a Câmara Municipal de Juiz de Fora convocará os licitantes classificados para assinarem a Ata de Registro de Preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da convocação, para fazê-lo junto ao Núcleo de Licitações e Gestão de Contratos e Convênios da Câmara Municipal de Juiz de Fora, na Rua Marechal Deodoro nº 722, 2º andar, Centro, nesta Cidade, observado o prazo de validade da proposta, nos termos do subitem 6.1.3 deste Edital, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma do art. 81 da Lei 8.666/93.**

12.2 - Se os licitantes classificados, convocados dentro do prazo de validade de suas propostas, deixarem de assinar a ARP, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pela Câmara Municipal, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, até a apuração da proposta que atenda ao Edital.

12.3 - Decorrido o prazo do item **12.1**, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Câmara Municipal o proponente convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isoladamente ou conjuntamente:

12.3.1- Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta.

12.3.1.1 - A multa de que trata o item **12.3.1** deverá ser recolhida no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**.

12.3.2 - O Licitante vencedor que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado dos sistemas de cadastramento onde estiver inscrito, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

12.4 – A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal a efetivar as contratações, podendo realizar licitação específica para a contratação pretendida, obedecida a legislação



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.5 - A Divisão de Compras e Almoxarifado da Câmara Municipal realizará periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade, consoante art. 9º, XI do Decreto 7.982/2013 e art. 7º, XI do Ato Municipal nº 167/2013.

12.6 - Se o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado por motivo superveniente, o Pregoeiro convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

12.6.1 – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

12.6.2 – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

12.7 – Se o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Câmara Municipal poderá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes de ser convocado para a retirada da nota de empenho, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados pelo fornecedor, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

II – convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

12.7.1 - Não havendo êxito nas negociações, e não existindo mais preços registrados, a Câmara Municipal procederá à revogação da Ata Registro de Preço, relativamente o objeto que restar frustrado.

12.8 - A execução da Contratação será acompanhada e fiscalizada pela Divisão de Tecnologia da Informação, através de servidor lotado neste setor, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

12.9 - Os fornecedores registrados que tiverem seus preços registrados deverão designar um membro efetivo de seu quadro permanente de empregados como responsável pela Ata de Registro de Preço junto à Câmara Municipal.

12.9.1 - A Câmara Municipal poderá, a qualquer momento, solicitar aos fornecedores que tiverem seus preços registrados a substituição do responsável, caso o mesmo não conduza de forma satisfatória a administração da Ata Registro de Preços e das contratações dela decorrentes.

12.10 - A Câmara Municipal não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, na Ata ou Termo de Referência.

12.11 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, o fornecedor registrado, durante a validade da Ata de Registro de Preços, será convocado pelo Núcleo de Licitações e Gestão de



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Contratos e Convênios, a critério da Câmara Municipal e obedecida a ordem de classificação, para retirar a nota de empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.11.1 – As especificações detalhadas do objeto, o prazo e condições de entrega, as obrigações das partes, bem como as normas relativas à fiscalização, liquidação, pagamento e sanções, dentre outros, constam no Edital e/ou no Termo de Referência (Anexo I).

12.11.2 - Por ocasião da emissão da nota de empenho, o fornecedor registrado deverá comprovar que mantém as condições iniciais de habilitação, acostando-se nos autos do processo licitatório correspondente as respectivas certidões e/ou documentos.

12.12 - A execução contratual regular-se-á pelas condições estabelecidas neste Edital, na proposta e na ARP, pelas disposições do Decreto Federal nº 7.892/2013, Ato Municipal nº 167/2013, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 7.596, 25 de outubro de 2002, no que couber, Ato nº 63, de 29 de junho de 2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as modificações introduzidas por leis posteriores, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Lei Estadual nº 20.826, de 31 de julho de 2013, Lei Municipal nº 12.211, de 10 de janeiro de 2011 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.13 - A Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

12.14 - Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, e Art. 15 do Ato Municipal nº 167/2013, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a Câmara Municipal não será obrigada à aquisição/contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie.

12.15 - Os quantitativos mencionados são apenas para efeito de limites máximos. A **Câmara Municipal** reserva-se no direito de contratar as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

13 – DO CONTRATO

13.1 - A Contratação com os fornecedores registrados será formalizada pela Câmara Municipal mediante Termo de Contrato, conforme disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

13.2 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, o fornecedor registrado **deverá comparecer à Câmara Municipal, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis** contados da data da convocação, para assinar o **Termo de Contrato, conforme Minuta de Contrato (Anexo VIII)**, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme o caso, observado o prazo de validade da proposta, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

13.2.1 – A prorrogação do prazo previsto no subitem **13.2** somente será aceita pela Câmara Municipal se pleiteada pelo fornecedor registrado antes do decurso do referido prazo, de forma motivada e fundamentada.

13.2.2 - Na hipótese do fornecedor registrado não comparecer para assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, aplicar-se-á as sanções previstas neste Edital.

13.3 – No ato da contratação, o fornecedor registrado deverá comprovar que mantém as condições iniciais de habilitação, acostando-se nos autos do processo licitatório correspondente as respectivas certidões e/ou documentos.

13.4 – Caso a adjudicatária não apresente situação regular no ato da contratação ou recuse-se a receber ou assinar o Contrato, o Pregoeiro poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo ou, ainda, revogar este Pregão, independentemente das cominações previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e neste Edital.

13.5 - A execução contratual regular-se-á pelas condições estabelecidas neste Edital, pelas disposições da Lei nº 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

14 – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 – A execução do objeto, nos termos do art. 67 da Lei nº 8666/93 e suas alterações, deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Divisão de Tecnologia da Informação, através de servidores lotados neste setor, especialmente designados.

14.2 - Ao fiscalizador da contratação caberá as seguintes atribuições:

a) verificar os equipamentos de informática e software, a fim de garantir a qualidade;

b) expedir Atestado de Fiscalização dos equipamentos de informática e software recebidos, tendo como base a nota fiscal/fatura apresentada pela Contratada, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos;

c) advertir a Contratada, por escrito, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução da contratação, fixando-lhe prazo para sua regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste mesmo instrumento.

14.3 - Os acompanhamentos e as fiscalizações pela Divisão de Tecnologia da Informação não excluem nem reduzem a responsabilidade da Contratada pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

14.4 - A Câmara Municipal reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com o previsto no Contrato, no todo ou em parte, podendo rescindi-lo, nos termos dos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

15 – DO REGIME, PRAZO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

15.1 – O fornecimento será de forma parcelada, nos termos do Art. 6, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.

15.2 - Os equipamentos de informática e software solicitados deverão ser entregues na Divisão de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal, situada na Rua Halfeld, nº 955, Centro, Juiz de Fora/MG, em dias úteis, no horário de 8 às 12 horas e de 14 às 17 horas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho.

15.3 - Os equipamentos de informática e software solicitados serão recebidos por uma Comissão designada pela Câmara Municipal, formada pelo fiscalizador e pelos Chefes da Divisão de Tecnologia de Informação e Divisão de Patrimônio, onde serão firmados os Termos de Recebimento Provisório circunstanciado, assinado pelas partes.

15.4 - Durante o período de **10 (dez) dias da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório**, os equipamentos de informática e software solicitados ficarão sob observação, de molde a se verificar o cumprimento das exigências técnicas.

15.5 - Quaisquer ensaios, testes e demais provas necessárias à boa execução do objeto contratual, durante o Recebimento Provisório, correrão por conta da Contratada.

15.6 - Esgotado o prazo previsto no **item 15.4** e restando comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, os equipamentos de informática e software serão recebidos definitivamente pela comissão designada no **item 15.3**, mediante **Termo de Recebimento Definitivo** circunstanciado, assinado pelas partes.

15.7 - Os equipamentos de informática e software entregues em desacordo com as especificações previstas na ARP, no Contrato e na proposta adjudicatória será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a Contratada a repô-lo, no prazo assinalado pela fiscalização, sob pena de ser considerada inexecução contratual.

15.8 – A partir da data em que seja estipulada a entrega, os equipamentos de informática e software deverão estar em condições de uso imediato pela Câmara.

15.9 – A contratação será executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, respondendo cada uma das partes envolvidas na execução contratual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 – Entregar os equipamentos de informática e software solicitados de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas neste Edital.

16.2 – Cumprir os prazos previstos ou outro que venha a ser fixado pela Câmara Municipal.

16.3 – Responder por quaisquer danos que, por sua culpa ou dolo, venham a ser causados à Câmara ou a terceiros, durante o fornecimento dos equipamentos de informática e software, inclusive, por



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

atos praticados pelos seus funcionários, ficando assim, afastada qualquer responsabilidade da Câmara.

16.4 – Substituir de imediato, às suas expensas, os equipamentos de informática e software nos quais forem detectados defeitos, vícios ou que não se adequarem às especificações deste Edital.

16.5 - Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a entrega dos equipamentos de informática e software, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado.

16.6 – Entregar os equipamentos de informática e software na Câmara Municipal em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões ou quaisquer outros problemas físicos, com a documentação completa e atualizada (manuais, catálogos, folders, termos de garantia), necessária a sua operação.

16.7 – Todos os equipamentos de informática e software fornecidos deverão possuir garantia integral durante o prazo de validade contra qualquer defeito de fabricação, incluindo avarias no transporte até o local de entrega mesmo após sua aceitação pelo fiscalizador do contrato, ficando a expensas da Contratada a substituição dos equipamentos que apresentarem anomalias, vícios ou defeitos.

16.8 – Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, bem como as cláusulas do Contrato, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da Contratada.

16.9 - Atender ao chamado da Câmara Municipal em no máximo 12 (doze) horas para proceder à visita técnica em caso de defeito, em horário de expediente, contados da data de notificação da Contratada do defeito verificado, para o procedimento técnico cabível.

17 – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

17.1 – Assegurar livre acesso ao pessoal da Contratada, devidamente identificado, ao local de entrega dos equipamentos de informática e software, dentro do horário de expediente a ser determinado para o recebimento dos mesmos.

17.2 – Comunicar à Contratada qualquer irregularidade no fornecimento dos equipamentos de informática e software, e interromper imediatamente, se for o caso, o seu fornecimento.

17.3 – Devolver os equipamentos de informática e software que não apresentarem condições de serem utilizados.

17.4 – Solicitar a substituição dos equipamentos de informática e software que não se adequarem às especificações constantes neste Edital e seus Anexos, mediante comunicação a ser feita pelo Fiscalizador.

17.5 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE

CONTRATOS E CONVÊNIOS

18 – DA DESPESA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 - As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária nº **01.122.0007.2004.4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.**

18.2 - O pagamento será efetuado pela Divisão de Contabilidade da Câmara Municipal, creditado em favor da Contratada através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, o qual ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis posteriores a apresentação da competente nota fiscal/fatura junto à Divisão de Expediente da Câmara Municipal e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por servidor lotado na Divisão de Tecnologia da Informação, responsável pela fiscalização da contratação:

BANCO: _____
AGÊNCIA: _____
CONTA CORRENTE: _____

18.3 – Para efeito de pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, do Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, emitido pelo Ministério da Fazenda e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado, com os mesmos efeitos da CNDT, se verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, instituída pela Lei nº 12.440/2011.

18.4 – No caso do objeto estar em desacordo com as especificações e demais exigências do Edital, fica a Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Contratada, das penalidades previstas no Edital e na Lei nº 8.666/93.

18.5 – A Câmara Municipal poderá descontar do pagamento as importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela Contratada, por força da contratação.

18.6 – Na hipótese prevista no subitem **18.4** não correrão juros ou atualizações monetárias de qualquer natureza, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

18.7 – Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e, no caso de incorreção, serão devolvidos e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal/fatura.

18.8 - Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Câmara Municipal, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, calculada à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), *pro rata die*, calculada através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Onde:

I = índice de atualização financeira

TX = percentual da taxa de juros de mora anual

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = valor da parcela em atraso

18.9 – Para a hipótese definida no subitem **18.8**, a Contratada fica obrigada a emitir nota fiscal/fatura suplementar, identificando, de forma clara, que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento Câmara Municipal.

18.10 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Juiz de Fora e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, bem como das demais cominações legais.

19.2 - O descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte da Licitante Vencedora poderá, garantida a prévia defesa, ensejar a aplicação das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.

19.2.1 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento do Edital, da Ata de Registro de Preços e do Contrato:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega dos equipamentos de informática e software ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30^o (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da contratação.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos equipamentos de informática e software ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Câmara Municipal, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

19.3 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela Câmara Municipal ou poderá ser pago por meio de guias próprias, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação para o pagamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

19.4 - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

19.5 - As multas e sanções previstas neste Edital não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a Contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Câmara Municipal, por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

19.6 - As sanções previstas poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Presidente da Câmara Municipal, se entender a justificativa apresentada pela Contratada como relevante.

20 – DA RESCISÃO

20.1 – A contratação poderá ser rescindida nas seguintes hipóteses:

- a) por ato unilateral e escrito da Câmara Municipal, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) por acordo entre as partes, reduzido a termo;
- c) na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

20.1.1 - Além das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, constituem causas de rescisão da contratação:

- a) interromper a execução do objeto sem motivo que justifique e sem autorização expressa e escrita da Câmara Municipal;
- b) não satisfizer as exigências da Câmara Municipal com relação à boa qualidade dos materiais elétricos e peças fornecidas;
- c) se a Contratada proceder dolosamente em prejuízo da Câmara Municipal.

20.2 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurado à Contratada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

20.3 - Ocorrendo a rescisão da contratação e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da Contratada, a Câmara Municipal responderá pelo valor pactuado, devido em face dos serviços executados pela Contratada.

21 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

I - TERMO DE REFERÊNCIA

II- MODELO DE PROCURAÇÃO

III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADA



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA - INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88

VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VIII - MINUTA DO CONTRATO

21.2 - A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

21.3 – A apresentação da proposta pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances ofertados.

21.4 – Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

21.5 - As decisões do Presidente da Câmara Municipal e do Pregoeiro serão afixadas no quadro de aviso de licitações no saguão da Câmara Municipal e publicadas no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e divulgadas no site www.camarajf.mg.gov.br.

21.6 - A participação da licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como as demais normas legais que disciplinam a matéria.

18.7 – A licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Câmara Municipal revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no site www.camarajf.mg.gov.br para conhecimento dos participantes da licitação.

21.8 - A Câmara Municipal poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

21.8.1 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Câmara Municipal poderá, subsidiariamente, com fulcro no art. 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas ou documentações, escoimadas das causas referidas neste artigo.

21.9 - Cópias deste instrumento convocatório estarão disponíveis na *internet*, no *site* da Câmara Municipal, no endereço www.camarajf.mg.gov.br, bem como permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no *hall* de entrada (andar térreo) do Palácio Barbosa Lima, podendo ser obtida uma cópia eletrônica do mesmo junto ao **Núcleo de Licitações e Gestão de Contratos e**



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Convênios – situada na Rua Marechal Deodoro nº 722, 2º andar, com a servidor Felipe Loures Nunes - Pregoeiro.

21.10 - As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.camarajf.mg.gov.br e as publicações no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

21.11 – As questões oriundas desta licitação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Juiz de Fora, 29 de outubro 2018.

Felipe Loures Nunes
Pregoeiro



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1241/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – SETOR REQUISITANTE

1.1 – Divisão de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

2 – OBJETO

2.1 – Contratação de empresas para aquisição de equipamentos de informática e software, na modalidade de registro de preços, de acordo com a especificação, quantidade e condições previstas neste Termo de Referência.

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 – Com a evolução e o desenvolvimento de novas aplicações e serviços informatizados na rede corporativa da Câmara Municipal, novos serviços e sistemas, disponibilizados aos usuários, internos desta Casa, vêm-se registrando o esgotamento dos recursos da infraestrutura de armazenamento computacional que suportam estes produtos.

A consequência desta evolução se reflete diretamente sobre a infraestrutura da rede corporativa e do Parque Tecnológico, com um crescimento do volume de dados trafegando internamente e de acessos externos aos nossos servidores de dados corporativos. Para que este crescimento não venha a comprometer a disponibilidade geral dos sistemas, é necessária a atualização do parque computacional e Infraestrutura desta Câmara Municipal.

4 – ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DO OBJETO

4.1 - Conforme exigência legal, a Divisão de Compras realizou pesquisa de preços de mercado de acordo com a Lei de Licitações 8.666-1993, previsto no inciso V art. 15.

Item	Especificações	Qtde.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Microcomputador - Processador Nº de Núcleos: 4 Segmentos: 4 Frequência baseada em processador: 3,60 Ghz Cache: 6MB Smart Cache Nº de threads 4; Velocidade do barramento 8 GT/s DMI3; TDP: 65.0 W máximo	25	Unid.	6.036,50	150.912,50



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

<p>- Memória 4GB Memória DDR4 2400 Mhz expansível até 32GB;</p> <p>- Portas e slots</p> <ul style="list-style-type: none">- Leitor de cartão de mídia 5 em 1- Unidade óptica: DVDRW- Tomada de áudio combinada<ul style="list-style-type: none">- 2 portas USB 3.0- Entrada/Saída e microfone<ul style="list-style-type: none">- Anéis de cadeado- Conector VGA- HDMI- 4 portas USB 2.0 <p>- Conector RJ-45 (Gigabit Ethernet)</p> <ul style="list-style-type: none">- Slots da placa de expansão <p>- Unidade de fonte de alimentação</p> <ul style="list-style-type: none">- Slot do cabo de segurança<ul style="list-style-type: none">- Armazenamento- Hard Drive 1TB- 7.200 RPM; <p>Conectividade - Wireless: 802.11bgn + Bluetooth 4.0, 2,4 GHz, 1x1</p> <p>- Adaptador de rede integrado 10/100/1000</p> <p>Vídeo - placa de vídeo HD com memória compartilhada</p> <p>Teclado - Multimídia USB;</p> <p>Mouse - USB;</p> <p>Monitor LED 19"</p> <ul style="list-style-type: none">- Monitor LCD com retroiluminação LED - 19- Tipo de Painel: TN- Relação de Aspecto: 16:9- Resolução Nativa: 1366 x 768 a 60 Hz- Distância entre Pixels: 0.3 mm- Brilho: 200 cd/m²- Relação de Contraste: 600:1- Tempo de resposta: 5 ms (preto-a-branco)- Suporte de Cor: 16,7 milhões de cores- Conectores de Entrada: VGA, DisplayPort- Ajustes da Posição do Visor: Inclinação <p>- Revestimento de Tela :Anti-ofuscamento, 3H Hard Coating</p> <ul style="list-style-type: none">- Cor: Preto <p>- Dimensões (LxPxA) - com apoio 44.54 cm x 16.7 cm x 35.9 cm</p> <ul style="list-style-type: none">- Peso: 2.72 kg <p>- Plug and Play, DDC/CI, RoHS, CECP, TCO Displays</p>				
--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

	<p>Garantia do fabricante: Garantia de 3 anos</p> <p>Cabos</p> <ul style="list-style-type: none">- 02 De alimentação- 01 VGA- 01 Cabo display port <p>Sistema Operacional</p> <ul style="list-style-type: none">- Microsoft Windows 10 Professional 64 bits português com a devida licença				
02	<p>Impressora Matricial</p> <p>Tecnologia de impressão: Matriz de pontos de impacto serial, 9 agulhas</p> <p>Velocidade de impressão: Rascunho ultrarrápido: 680 cps (12 cpi) / 556 cps (10 cpi); Rascunho em alta velocidade: 559 cps (10 cpi); Rascunho: 419 cps (10 cpi); Qualidade carta: 104 cps (10 cpi)</p> <p>Direção de impressão: Busca lógica bidirecional para impressão de texto e gráficos. A impressão unidirecional de texto ou gráficos pode ser selecionada usando comandos do software.</p> <p>Caracteres e linhas: Conjuntos de caractere: 13 tabelas de caracteres / 13 conjuntos de caracteres internacionais</p> <p>Fontes residentes bitmap: Rascunho ultrarrápido: 10, 12 cpi; Rascunho em alta velocidade: 10, 12, 15, 17, 20 cpi; Rascunho: 10, 12, 15, 17, 20 cpi; NLQ (Roman / SansSerif): 10, 12, 15, 17, 20 cpi, proporcional;</p> <p>Fontes de código de barra: EAN-13, EAN-8, Intercalado 2 de 5, UPC-A, UPC-E, Code 39, Code 128, POSTNET, Codabar (NW-7), Industrial 2 de 5, Matrix 2 de 5</p> <p>Formatando: 1/6 pol ou programável em incrementos de 1/432 pol. Espaçamento entre linhas: 6 linhas por polegada padrão (opção 8 lpi disponível somente na FX-2190 OkidataMode).</p> <p>Nível de ruído: 55 dBA (padrão ISO 7779) Dimensões: 15,24 cm x 58,42 cm x 33,08 cm Peso: 9,62 kg Garantia: 1 ano</p> <p>Geral: Fonte, resolução, pausar, cortar, seleção de compartimento, alimentação de linha, alimentação de formulário, carregar, ejetar, microajustar, ajuste do topo do formulário, bloqueio do painel, redefinir, menu, seleção de configuração padrão</p> <p>Formulários: contínuo multivias, original mais 5 cópias não carbonadas, 1 + 8 cópias com tracionador</p>	2	un	5.459,07	10.918,14



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

	<p>de empurrar, espessura máxima 0,018 polLargura: Folhas avulsas: 3,9 a 16,5 pol, Contínuo: 4,0 pol a 16,0 pol, Alimentador automático para folhas soltas Comprimento: Folhas avulsas: 3,9 pol a 14,3 pol Contínuo: 4,0 pol a 22,0 pol Alimentador automático para folhas soltas> 10,1 pol a 14,0 pol Etiquetas:2,5 pol x 0,94 pol (mínimo) Papel em rolo:8,5 pol de largura Mecanismo de alimentação do papel:Alimentação por fricção (frontal, traseira); Tracionador para empurrar (frontal, traseiro); Tracionador para puxar (frontal, traseiro);</p> <p>- Tracionador para empurrar e puxar** (frontal, traseiro); Alimentador automático para folhas soltas (opcional); Suporte para rolo (opcional)</p> <p>Velocidade de alimentação do papel:62 milissegundos por 1/6 pol. 5 pol por segundo, alimentação contínua.</p> <p>Drivers de software:Windows® 95, NT 4.0, 98, 2000, Me, XP, Vista e 7 Buffer de entrada:128K Interfaces:Paralela bidirecional (IEEE 1284 modo Nibble suportado) / USB 1.1 / Slot tipo B para placas de interface opcionais</p> <p>Energia: Voltagem nominal:110 V CA Frequência nominal:50 a 60 Hz</p> <p>Consumo de energia: ·Aprox. 53W 9ISO/ IEC 10561 ·Aprox. 4W (em modo inativo) ·0 W em modo desligado ·Compatível com Energy Star</p> <p>Intervalo da frequência de entrada: 49,5 a 60,5 Hz</p>				
03	<p>Impressora Multifuncional, com tanque de tinta externo</p> <p>- Sistema sem respingos: o reabastecimento de tinta é limpo e fácil com o sistema sem respingos, a tinta só é liberada quando colocada no tanque; - Tela de LCD com 7 segmentos, permitindo visualizar as principais funções da multifuncional. - Imprime até 8000 páginas com um conjunto de recipientes em cores original ou até 5000 páginas preto; - Digitalização do tipo mesa, com resolução ótica de até 1200 dpi. - Imprima facilmente documentos, fotos e muito mais a partir de seu iPhone e iPad usando o AirPrint, e de smartphones e tablets com sistema operacional</p>	2	un	1.413,97	2.827,94



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

	<p>Android, Windows 8, Windows 10 e Google Chrome.</p> <ul style="list-style-type: none">- Refills de tinta individuais, onde só se completa o reservatório de tinta que acabar.- Recipientes de tinta transparentes e de alta capacidade para gerenciamento prático da tinta. <p>Características técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Tecnologia: Jato de Tinta Térmico- Velocidade do processador: 360 MHz- Ciclo de trabalho (mensal, A4): até 1000 páginas- Volume mensal de páginas (recomendado): 400 até 800- Impressão sem margens: até 210 x 297 mm (A4)- Tipo de fonte de alimentação: Interno (Bivolt)- Consumo de energia: 10 Watts (máx.)- Dimensões: 31 / 52,5 / 15,8 cm (Prof / Larg / Alt)- Dimensões da embalagem: 40 / 59 / 20,5 cm (Prof / Larg / Alt) <p>Conectividade padrão:</p> <ul style="list-style-type: none">- Porta USB 2.0- WiFi 802.11 b/g/n				
04	<p>Impressora Laser Multifuncional</p> <p>Características Gerais</p> <ul style="list-style-type: none">- Impressora- Copiadora- Scanner- Memória: 256 MB <p>Tecnologias de resolução de impressão: FastRes600, FastRes 1200;</p> <ul style="list-style-type: none">- Número dos cartuchos de impressão: 1 preto- Idiomas padrão de impressora: PCLmS, URF, PWG- Tipo de digitalização / Tecnologia: Base plana / CIS;- Formatos dos arquivos digitalizados: JPEG, PDF, PNG;- Modos de Entrada para Digitalização: Digitalização via HP LaserJet Scan (Windows®); HP Director (Macintosh) ou software em conformidade com TWAIN ou WIA;- Tamanho da digitalização: Base plana: 215.9 x 297 mm; 8.5 x 11.7 pol.- Formato de arquivo de digitalização nativo: PDF, JPG;- Formato de arquivo de digitalização de software: JPEG, RAW(BMP), PNG, TIFF, PDF;- Profundidade de bits / Níveis de escala de cinza: 24 bits / 256;- Definições de copiadora No. de cópias; Mais claro/escuro; Otimizar; Papel; Cópia de várias páginas; Modo rascunho;- Velocidade de transmissão do fax Até: 4,2 kB/s15;	5	un	3.345,22	16.726,10



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

<p>Funcionalidades de fax</p> <p>Memória do fax: Até 1.000 páginas;</p> <p>Suporte de redução automática de fax: Não;</p> <p>Remarcação Automática: Não;</p> <p>Envio de Fax Adiado: Não;</p> <p>Compatibilidade com detecção de toque distintivo: Não;</p> <p>Fax forwardingsupported: Não;</p> <p>Suporte de interface TAM de telefone de fax: Não;</p> <p>Fax pollingsupported: Sim (polling apenas para receber);</p> <p>Suporte de modo de telefone de fax: Não;</p> <p>Suporte de junkbarrier: Não;</p> <p>Marcação de números com a máxima velocidade: Até 120 números (119 discagens de grupo);</p> <p>Suporte de interface de PC: Não;</p> <p>Suporte de capacidade de recuperação remota: Não;</p> <p>Suporte de handset telefônico: Não;</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacidades de Rede: Ethernet 10/100;- Pronto para trabalhar em rede: Padrão (Ethernet, Wi-Fi 802.11 b/g/n integradas);- Capacidade sem fios: Padrão (Wi-Fi 802.11b/g/n);- Velocidade do processador: 600 MHz / Disco rígido: Não;- Volume mensal de páginas recomendado: 150 a 1.50010; <p>- Tipos de Suportes de Impressão comportados: Papel (laser, normal, fotográfico, áspero, velino), envelopes, etiquetas, cartolina, cartões postais;</p> <ul style="list-style-type: none">- Peso suportado da mídia: 60 a 163 g/m²;- Tamanhos de mídia suportados A4; A5; A6; B5 (JIS);- Tamanhos personalizados das mídias: 76 x 127 a 216 x 356 mm; <p>Manuseamento de papel</p> <p>Bandeja de entrada para 150 folhas;</p> <p>Bandeja para 100 folhas;</p> <p>Opções de frente e verso: Frente e verso manual;</p> <p>Capacidade do alimentador automático de documentos: Não;</p> <p>Bandejas para Papel Standard: 1;</p> <p>Capacidades de entrada: Até 150 folhas Padrão; Até 10;</p> <p>Capacidades de saída: Até 100 folhas Padrão; Até 10;</p> <p>- Painel de controle LCD de 2 linhas com teclado alfanumérico: Visor LCD de texto com 2 linhas;</p> <p>Botões (OK, Anterior, Avançar/Retroceder, Cancelar, Número de Cópias, Mais Escuro/Mais Claro, Menu de Cópia, Iniciar Cópia, Configuração Principal, Remarcar, Teclado Alfanumérico, Iniciar Fax); 2 luzes indicadoras de díodos emissores de luz (LED) (Pronto, Atenção);</p>				
--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

<p>- Descrição do visor: LCD, 2 linhas;</p> <p>Sistemas operacionais compatíveis</p> <p>Windows® 10, 8.1, 8, 7: 32 ou 64 bits, 2 GB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Internet Explorer;</p> <p>Windows Vista®: (somente 32 bits), 2 GB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Microsoft® Internet Explorer 8;</p> <p>Windows® XP SP3 ou superior (somente 32 bits): qualquer processador Intel® Pentium® II, Celeron® ou compatível (233 MHz), 850 MB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Microsoft® Internet Explorer 8;</p> <p>Apple® OS X Yosemite (v10.10), OS X Mavericks (v10.9), OS X Mountain Lion (v10.8); HD 1 GB;</p> <p>Necessário acesso à Internet;</p> <p>USB;</p> <p>Linux;</p> <p>Sistemas operacionais de rede compatíveis</p> <p>Windows® 10, 8.1, 8, 7: 32 ou 64 bits, 2 GB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Internet Explorer;</p> <p>Windows Vista®: (somente 32 bits), 2 GB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Microsoft® Internet Explorer 8;</p> <p>Windows® XP SP3 ou superior (somente 32 bits): qualquer processador Intel® Pentium® II, Celeron® ou compatível (233 MHz), 850 MB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Microsoft® Internet Explorer 8;</p> <p>Apple® OS X Yosemite (v10.10), OS X Mavericks (v10.9), OS X Mountain Lion (v10.8); HD 1 GB;</p> <p>Necessário acesso à Internet; USB;</p> <p>Linux.</p> <p>Alimentação</p> <p>Tipo de fonte de alimentação: Interno;</p> <p>Requisitos de Energia: Tensão de entrada de 110 volts: 110 a 127 VCA (+/- 10%), 60/50 Hz, 4,8 A; Tensão de entrada de 220 volts: 220 a 240 VCA (+/- 10%), 60/50 Hz, 2,8 A;</p> <p>Consumo de energia: 255 watts (imprimindo), 4,2 watts (pronta), 1 watt (suspensão), 0,05 watt (Desliga automático/Wake on USB, ativado no envio), 0,05 watt (Desliga automático/Liga manual), 0,05 (Desliga</p>				
--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

	manual); Acompanha: Cabo USB Cabo alimentação Cartucho tonner preto inicial Cd instalação Guia de instalação Garantia 1 ano				
05	Monitor LED 19" - Monitor LCD com retro iluminação LED - 19 - Tipo de Painel: TN - Relação de Aspecto: 16:9 - Resolução Nativa: 1366 x 768 a 60 Hz - Distância entre Pixels: 0.3 mm - Brilho: 200 cd/m ² - Relação de Contraste: 600:1 - Tempo de resposta: 5 ms (preto-a-branco) - Suporte de Cor: 16,7 milhões de cores - Conectores de Entrada: VGA, DisplayPort - Ajustes da Posição do Visor: Inclinação - Revestimento de Tela :Anti-ofuscamento, 3H Hard Coating - Cor: Preto - Dimensões (LxPxA) - com apoio 44.54 cm x 16.7 cm x 35.9 cm - Peso: 2.72 kg Garantia: 1 ano	6	un	814,45	4.886,70
Total: 186.271,38 (cento e oitenta e seis mil suzentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos)					

5 – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O fornecimento dos equipamentos de informática e software será de forma parcelada.

5.2. Os equipamentos de informática e software solicitados deverão ser entregues na Divisão de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal, situada na Rua Halfeld, nº 955, Centro, Juiz de Fora/MG, em dias úteis, no horário de 8 às 12 horas e de 14 às 17 horas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir do recebimento, pela Contratada, da ordem de Autorização de Compras.

5.3. Os equipamentos de informática e software solicitados serão recebidos por uma Comissão designada pela Câmara Municipal, formada pelo fiscalizador e pelos Chefes da Divisão de Tecnologia de Informação e da Divisão de Patrimônio, onde serão firmados os Termos de Recebimento Provisório circunstanciado, assinado pelas partes.

5.4. Durante o período de 10 (dez) dias da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório, os equipamentos de informática e software ficarão sob observação, de molde a se verificar o cumprimento das exigências técnicas.

5.5. Quaisquer ensaios, testes e demais provas necessárias à boa execução do objeto contratual, durante o recebimento provisório, correrão por conta da Contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE

CONTRATOS E CONVÊNIOS

5.6. Esgotado o prazo previsto no item 5.4 e restando comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, os equipamentos de informática e software serão recebidos definitivamente pela comissão designada no item 5.3, mediante Termo de Recebimento Definitivo circunstanciado, assinado pelas partes.

5.7. O equipamento de informática e software entregue em desacordo com as especificações previstas no Contrato e na proposta adjudicatória será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a Contratada a repô-lo, no prazo assinalado pela fiscalização, sob pena de ser considerada inexecução contratual.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Entregar os equipamentos de informática e software solicitados de acordo com as condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados.

6.2 – Responder por quaisquer danos que por sua culpa ou dolo venham ser causados à Câmara Municipal ou a terceiros, durante o fornecimento dos equipamentos de informática e software, inclusive, por atos praticados pelos seus funcionários, ficando assim, afastada qualquer responsabilidade da Câmara Municipal.

6.3 – Substituir, de imediato, às suas expensas, os equipamentos de informática e software nos quais forem detectados defeitos, vícios ou que não se adequem às especificações deste Contrato.

6.4 – Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado.

6.5 – Entregar os equipamentos de informática e software na Câmara Municipal em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões ou quaisquer outros problemas físicos, com a documentação completa e atualizada (manuais, catálogos, folders, termos de garantia), necessária a sua operação.

6.6 – Todos os equipamentos de informática e software fornecidos deverão possuir garantia integral durante o prazo de validade contra qualquer defeito de fabricação, incluindo avarias no transporte até o local de entrega mesmo após sua aceitação pelo fiscalizador do contrato, ficando a expensas da Contratada a substituição dos equipamentos que apresentarem anomalias, vícios ou defeitos.

6.7 – Atender ao chamado da Câmara Municipal em no máximo 12 (doze) horas para proceder à visita técnica em caso de defeito, em horário de expediente, contados da data de notificação da Contratada do defeito verificado, para o procedimento técnico cabível.

6.8 – Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, bem como as cláusulas do Contrato, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da Contratada.

6.9 – Cumprir os prazos previstos ou outro que venha a ser fixado pela Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE

CONTRATOS E CONVÊNIOS

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

7.1. Assegurar livre acesso ao pessoal da Contratada, devidamente identificado, ao local de entrega dos equipamentos de informática e software, dentro do horário de expediente a ser determinado para o recebimento dos equipamentos.

7.2. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade no fornecimento dos equipamentos de informática e software e interromper imediatamente, se for o caso, o seu fornecimento, solicitando a substituição dos mesmos, mediante comunicação a ser feita pelo responsável da fiscalização.

7.3. Devolver os equipamentos de informática e software que não apresentarem condições de serem utilizados.

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

8 – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

8.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Divisão de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal, através de servidor lotado neste setor, especialmente designados, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.2. A Câmara Municipal reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com o previsto no Contrato, no todo ou em parte, podendo rescindi-lo, nos termos dos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.3. Aos fiscalizadores do Contrato caberão as seguintes atribuições:

- a) verificar os equipamentos de informática e software, a fim de garantir sua qualidade;
- b) expedir Atestado de Fiscalização dos equipamentos de informática e software recebidos, tendo como base a nota fiscal/fatura apresentada pela Contratada, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos;
- c) informar à Contratada quaisquer irregularidades apresentadas na execução do Contrato.

9 – DA DESPESA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 -As despesas decorrentes desta contratação correção à conta da dotação orçamentária nº 01.122.0007.2004.4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente.

9.2 – O pagamento será efetuado pela Divisão de Contabilidade da Câmara Municipal, creditado em favor da Contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá com o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura junto à Divisão de Expediente da Câmara Municipal e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido pela Divisão de Tecnologia da Informação, responsável pela fiscalização do Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

BANCO: _____

AGÊNCIA: _____

CONTA CORRENTE: _____

9.3 – Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, do Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, emitido pelo Ministério da Fazenda, da prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado, com os mesmos efeitos da CNDT, se verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, instituída pela Lei nº 12.440/2011.

9.4 – No caso do objeto estar em desacordo com as especificações e demais exigências do Contrato, fica a Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Contratada, das penalidades previstas no Contrato.

9.5 – A Câmara Municipal poderá descontar do pagamento as importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela Contratada, por força do Contrato.

9.6 – Na hipótese prevista no **subitem 9.4**, não correrão juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Contrato.

9.7 – Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e, no caso de incorreção, serão devolvidos e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal/fatura.

9.8 – Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Câmara Municipal, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, calculada à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), *pro rata die*, calculada através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira

TX = percentual da taxa de juros de mora anual

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = valor da parcela em atraso

9.9 – Para a hipótese definida no **subitem 9.8** a Contratada fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando, de forma clara, que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Câmara Municipal.

9.10 – A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

10 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – O não cumprimento de qualquer obrigação assumida em decorrência deste Contrato, por parte da **Contratada**, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa:

10.1.1 - advertência;

10.1.2 - multa, nos seguintes percentuais:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega dos equipamentos de informática e software ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos equipamentos de informática e software ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese da **Contratada**, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Câmara Municipal, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada;

10.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.1.3.1 - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a **Câmara Municipal** poderá ser aplicada também à **Contratada** que:

a) retardar a execução do Contrato;

b) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração;

c) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

10.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela Contratada ou poderá ser pago por meio de guias próprias, emitidas pela Câmara Municipal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

10.3 – O pagamento das multas aplicadas não exime a **Contratada** da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações a ela impostas por força da contratação.

10.4 – O fornecimento do objeto contratual fora das especificações, prazos e condições estabelecidas neste Contrato também ocasionará a incidência da multa prevista no subitem 10.1.2, pois, nessa situação, a desconformidade de especificações, prazos e condições equivalerá ao não fornecimento do objeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

10.5 - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.6 - As penalidades previstas poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Presidente da Câmara Municipal, se entender a justificativa apresentada pela **Contratada** como relevante.

11 – DA VIGÊNCIA

11.1 - O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Juiz de Fora, 25 de outubro de 2018

Ederson Elias Ribeiro
Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1241/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

....., inscrita no CNPJ sob o nº....., sediada na, neste ato representada pelo (a) Sr(a),,, residente e domiciliado na portador do documento de identidade nº....., expedido pela, inscrito no CPF sob o nº....., detentor de amplos poderes para nomeação de representante para substituí-lo em procedimentos licitatórios, confere-os a,, com o fim específico de representar a outorgante perante a Câmara Municipal de Juiz de Fora, no **Pregão Presencial nº 22/2018** podendo assim retirar editais, ofertar lances verbais em nome da representada, apresentar e assinar proposta, negociar, assinar atas, Atas de Registro de Preços, Contratos, Notas de Empenho, firmar compromissos, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

..... de de 2018.

Outorgante (reconhecer firma)



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1241/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)** (art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011) e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

- Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1241/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

(Nome da empresa), CNPJ nº, sediada na (endereço), (cidade), (Estado), declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital do Pregão Presencial nº 22/2018, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

..... de de 2018.

Data:

Assinatura:

Nome do Declarante:



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ANEXO V

MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1241/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

Proposta comercial que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida na _____, visando a "Contratação de empresas para aquisição de equipamentos de informática e software, na modalidade de Registro de Preços, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas neste Edital e seus Anexos."

Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
01	<p>Microcomputador</p> <ul style="list-style-type: none">- ProcessadorNº de Núcleos: 4Segmentos: 4Frequência baseada em processador: 3,60 GhzCache: 6MB Smart CacheNº de threads 4;Velocidade do barramento 8 GT/s DMI3;TDP: 65.0 W máximo <p>- Memória</p> <p>4GB Memória DDR4 2400 Mhz expansível até 32GB;</p> <ul style="list-style-type: none">- Portas e slots- Leitor de cartão de mídia 5 em 1- Unidade óptica: DVDRW- Tomada de áudio combinada- 2 portas USB 3.0- Entrada/Saída e microfone- Anéis de cadeado- Conector VGA- HDMI- 4 portas USB 2.0- Conector RJ-45 (Gigabit Ethernet)- Slots da placa de expansão- Unidade de fonte de alimentação- Slot do cabo de segurança- Armazenamento- Hard Drive 1TB-7.200 RPM; <p>Conectividade - Wireless: 802.11bgn + Bluetooth 4.0, 2,4 GHz, 1x1</p> <p>- Adaptador de rede integrado 10/100/1000</p>	25	Unid.		R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

	<p>Vídeo - placa de vídeo HD com memória compartilhada</p> <p>Teclado - Multimídia USB;</p> <p>Mouse - USB;</p> <p>Monitor LED 19"</p> <ul style="list-style-type: none">- Monitor LCD com retroiluminação LED - 19- Tipo de Pannel: TN- Relação de Aspecto: 16:9- Resolução Nativa: 1366 x 768 a 60 Hz- Distância entre Pixels: 0.3 mm- Brilho: 200 cd/m²- Relação de Contraste: 600:1- Tempo de resposta: 5 ms (preto-a-branco)- Suporte de Cor: 16,7 milhões de cores- Conectores de Entrada: VGA, DisplayPort- Ajustes da Posição do Visor: Inclinação- Revestimento de Tela :Anti-ofuscamento, 3H Hard Coating- Cor: Preto- Dimensões (LxPxA) - com apoio 44.54 cm x 16.7 cm x 35.9 cm- Peso: 2.72 kg- Plug and Play, DDC/CI, RoHS, CECP, TCO Displays <p>Garantia do fabricante: Garantia de 3 anos</p> <p>Cabos</p> <ul style="list-style-type: none">- 02 De alimentação- 01 VGA- 01 Cabo display port <p>Sistema Operacional</p> <ul style="list-style-type: none">- Microsoft Windows 10 Professional 64 bits português com a devida licença					
02	<p>Impressora Matricial</p> <p>Tecnologia de impressão: Matriz de pontos de impacto serial, 9 agulhas</p> <p>Velocidade de impressão:</p> <p>Rascunho ultrarrápido: 680 cps (12 cpi) / 556 cps (10 cpi); Rascunho em alta velocidade: 559 cps (10 cpi); Rascunho: 419 cps (10 cpi); Qualidade carta: 104 cps (10 cpi)</p> <p>Direção de impressão:</p> <p>Busca lógica bidirecional para impressão de texto e gráficos. A impressão unidirecional de texto ou gráficos pode ser selecionada usando comandos do software.</p>	2	un		R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

<p>Caracteres e linhas: Conjuntos de caractere:13 tabelas de caracteres / 13 conjuntos de caracteres internacionais Fontes residentes bitmap: Rascunho ultrarrápido: 10, 12 cpi; Rascunho em alta velocidade: 10, 12, 15, 17, 20 cpi; Rascunho: 10, 12, 15, 17, 20 cpi; NLQ (Roman / SansSerif): 10, 12, 15, 17, 20 cpi, proporcional; Fontes de código de barra:EAN-13, EAN-8, Intercalado 2 de 5, UPC-A, UPC-E, Code 39, Code 128, POSTNET, Codabar (NW-7), Industrial 2 de 5, Matrix 2 de 5</p> <p>Formatando: 1/6 pol ou programável em incrementos de 1/432 pol. Espaçamento entre linhas: 6 linhas por polegada padrão (opção 8 lpi disponível somente na FX-2190 OkidataMode).</p> <p>Nível de ruído: 55 dBA (padrão ISO 7779) Dimensões: 15,24 cm x 58,42 cm x 33,08 cm Peso: 9,62 kg Garantia:1 ano</p> <p>Geral:Fonte, resolução, pausar, cortar, seleção de compartimento, alimentação de linha, alimentação de formulário, carregar, ejetar, microajustar, ajuste do topo do formulário, bloqueio do painel, redefinir, menu, seleção de configuração padrão Formulários: contínuo multivias, original mais 5 cópias não carbonadas, 1 + 8 cópias com tracionador de empurrar, espessura máxima 0,018 polLargura:</p> <p>Folhas avulsas: 3,9 a 16,5 pol, Contínuo: 4,0 pol a 16,0 pol, Alimentador automático para folhas soltas Comprimento: Folhas avulsas: 3,9 pol a 14,3 pol Contínuo: 4,0 pol a 22,0 pol Alimentador automático para folhas soltas> 10,1 pol a 14,0 pol Etiquetas:2,5 pol x 0,94 pol (mínimo) Papel em rolo:8,5 pol de largura Mecanismo de alimentação do papel:Alimentação por fricção (frontal, traseira); Tracionador para empurrar (frontal, traseiro); Tracionador para puxar (frontal, traseiro);</p> <p>- Tracionador para empurrar e puxar** (frontal, traseiro); Alimentador automático para folhas soltas (opcional); Suporte para rolo (opcional)</p> <p>Velocidade de alimentação do papel:62 milissegundos por 1/6 pol. 5 pol por segundo, alimentação contínua.</p> <p>Drivers de software:Windows® 95, NT 4.0, 98, 2000, Me, XP, Vista e 7 Buffer de entrada:128K</p>					
---	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

	<p>Interfaces: Paralela bidirecional (IEEE 1284 modo Nibble suportado) / USB 1.1 / Slot tipo B para placas de interface opcionais</p> <p>Energia: Voltagem nominal: 110 V CA Frequência nominal: 50 a 60 Hz</p> <p>Consumo de energia: · Aprox. 53W 9ISO/ IEC 10561 · Aprox. 4W (em modo inativo) · 0 W em modo desligado · Compatível com Energy Star</p> <p>Intervalo da frequência de entrada: 49,5 a 60,5 Hz</p>					
03	<p>Impressora Multifuncional, com tanque de tinta externo</p> <p>- Sistema sem respingos: o reabastecimento de tinta é limpo e fácil com o sistema sem respingos, a tinta só é liberada quando colocada no tanque; - Tela de LCD com 7 segmentos, permitindo visualizar as principais funções da multifuncional. - Imprime até 8000 páginas com um conjunto de recipientes em cores original ou até 5000 páginas preto; - Digitalização do tipo mesa, com resolução ótica de até 1200 dpi. - Imprima facilmente documentos, fotos e muito mais a partir de seu iPhone e iPad usando o AirPrint, e de smartphones e tablets com sistema operacional Android, Windows 8, Windows 10 e Google Chrome. - Refils de tinta individuais, onde só se completa o reservatório de tinta que acabar. - Recipientes de tinta transparentes e de alta capacidade para gerenciamento prático da tinta.</p> <p>Características técnicas: - Tecnologia: Jato de Tinta Térmico - Velocidade do processador: 360 MHz - Ciclo de trabalho (mensal, A4): até 1000 páginas - Volume mensal de páginas (recomendado): 400 até 800 - Impressão sem margens: até 210 x 297 mm (A4) - Tipo de fonte de alimentação: Interno (Bivolt) - Consumo de energia: 10 Watts (máx.) - Dimensões: 31 / 52,5 / 15,8 cm (Prof / Larg / Alt) - Dimensões da embalagem: 40 / 59 / 20,5 cm (Prof / Larg / Alt)</p> <p>Conectividade padrão: - Porta USB 2.0 - WiFi 802.11 b/g/n</p>	2	un		R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

04	<p>Impressora Laser Multifuncional</p> <p>Características Gerais</p> <ul style="list-style-type: none">- Impressora- Copiadora- Scanner- Memória: 256 MB <p>Tecnologias de resolução de impressão: FastRes600, FastRes 1200;</p> <ul style="list-style-type: none">- Número dos cartuchos de impressão: 1 preto- Idiomas padrão de impressora: PCLmS, URF, PWG- Tipo de digitalização / Tecnologia: Base plana / CIS;- Formatos dos arquivos digitalizados: JPEG, PDF, PNG;- Modos de Entrada para Digitalização: Digitalização via HP LaserJet Scan (Windows®); HP Director (Macintosh) ou software em conformidade com TWAIN ou WIA;- Tamanho da digitalização: Base plana: 215.9 x 297 mm; 8.5 x 11.7 pol.- Formato de arquivo de digitalização nativo: PDF, JPG;- Formato de arquivo de digitalização de software: JPEG, RAW(BMP), PNG, TIFF, PDF;- Profundidade de bits / Níveis de escala de cinza: 24 bits / 256;- Definições de copiadora No. de cópias; Mais claro/escuro; Otimizar; Papel; Cópia de várias páginas; Modo rascunho;- Velocidade de transmissão do fax Até: 4,2 kB/s15; <p>Funcionalidades de fax</p> <p>Memória do fax: Até 1.000 páginas; Suporte de redução automática de fax: Não; Remarcação Automática: Não; Envio de Fax Adiado: Não;</p> <p>Compatibilidade com detecção de toque distintivo: Não;</p> <p>Fax forwardingsupported: Não;</p> <p>Suporte de interface TAM de telefone de fax: Não; Fax pollingsupported: Sim (polling apenas para receber);</p> <p>Suporte de modo de telefone de fax: Não; Suporte de junkbarrier: Não;</p> <p>Marcação de números com a máxima velocidade: Até 120 números (119 discagens de grupo); Suporte de interface de PC: Não;</p> <p>Suporte de capacidade de recuperação remota: Não; Suporte de handset telefônico: Não;</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacidades de Rede: Ethernet 10/100;- Pronto para trabalhar em rede: Padrão (Ethernet,	5	un		R\$	R\$
----	--	---	----	--	-----	-----



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

<p>Wi-Fi 802.11 b/g/n integradas);</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacidade sem fios: Padrão (Wi-Fi 802.11b/g/n);- Velocidade do processador: 600 MHz / Disco rígido: Não;- Volume mensal de páginas recomendado: 150 a 1.50010;- Tipos de Suportes de Impressão comportados: Papel (laser, normal, fotográfico, áspero, velino), envelopes, etiquetas, cartolina, cartões postais;- Peso suportado da mídia: 60 a 163 g/m²;- Tamanhos de mídia suportados A4; A5; A6; B5 (JIS);- Tamanhos personalizados das mídias: 76 x 127 a 216 x 356 mm; <p>Manuseamento de papel</p> <p>Bandeja de entrada para 150 folhas;</p> <p>Bandeja para 100 folhas;</p> <p>Opções de frente e verso: Frente e verso manual;</p> <p>Capacidade do alimentador automático de documentos: Não;</p> <p>Bandejas para Papel Standard: 1;</p> <p>Capacidades de entrada: Até 150 folhas Padrão; Até 10;</p> <p>Capacidades de saída: Até 100 folhas Padrão; Até 10;</p> <ul style="list-style-type: none">- Painel de controle LCD de 2 linhas com teclado alfanumérico: Visor LCD de texto com 2 linhas;Botões (OK, Anterior, Avançar/Retroceder, Cancelar, Número de Cópias, Mais Escuro/Mais Claro, Menu de Cópia, Iniciar Cópia, Configuração Principal, Remarcar, Teclado Alfanumérico, Iniciar Fax); 2 luzes indicadoras de díodos emissores de luz (LED) (Pronto, Atenção);- Descrição do visor: LCD, 2 linhas; <p>Sistemas operacionais compatíveis</p> <p>Windows® 10, 8.1, 8, 7: 32 ou 64 bits, 2 GB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Internet Explorer;</p> <p>Windows Vista®: (somente 32 bits), 2 GB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Microsoft® Internet Explorer 8;</p> <p>Windows® XP SP3 ou superior (somente 32 bits): qualquer processador Intel® Pentium® II, Celeron® ou compatível (233 MHz), 850 MB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Microsoft® Internet Explorer 8;</p> <p>Apple® OS X Yosemite (v10.10), OS X Mavericks (v10.9), OS X Mountain Lion (v10.8); HD 1 GB;</p> <p>Necessário acesso à Internet;</p>					
--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

	<p>USB; Linux;</p> <p>Sistemas operacionais de rede compatíveis Windows® 10, 8.1, 8, 7: 32 ou 64 bits, 2 GB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Internet Explorer;</p> <p>Windows Vista®: (somente 32 bits), 2 GB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Microsoft® Internet Explorer 8;</p> <p>Windows® XP SP3 ou superior (somente 32 bits): qualquer processador Intel® Pentium® II, Celeron® ou compatível (233 MHz), 850 MB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Microsoft® Internet Explorer 8;</p> <p>Apple® OS X Yosemite (v10.10), OS X Mavericks (v10.9), OS X Mountain Lion (v10.8); HD 1 GB;</p> <p>Necessário acesso à Internet; USB; Linux.</p> <p>Alimentação Tipo de fonte de alimentação: Interno; Requisitos de Energia: Tensão de entrada de 110 volts: 110 a 127 VCA (+/- 10%), 60/50 Hz, 4,8 A; Tensão de entrada de 220 volts: 220 a 240 VCA (+/- 10%), 60/50 Hz, 2,8 A; Consumo de energia: 255 watts (imprimindo), 4,2 watts (pronta), 1 watt (suspensão), 0,05 watt (Desliga automático/Wake on USB, ativado no envio), 0,05 watt (Desliga automático/Liga manual), 0,05 (Desliga manual);</p> <p>Acompanha: Cabo USB Cabo alimentação Cartucho tonner preto inicial Cd instalação Guia de instalação</p> <p>Garantia 1 ano</p>					
05	<p>Monitor LED 19” - Monitor LCD com retro iluminação LED - 19 - Tipo de Painel: TN - Relação de Aspecto: 16:9 - Resolução Nativa: 1366 x 768 a 60 Hz - Distância entre Pixels: 0.3 mm - Brilho: 200 cd/m² - Relação de Contraste: 600:1 - Tempo de resposta: 5 ms (preto-a-branco) - Suporte de Cor: 16,7 milhões de cores</p>	6	un		R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

- Conectores de Entrada: VGA, DisplayPort - Ajustes da Posição do Visor: Inclinação - Revestimento de Tela :Anti-ofuscamento, 3H Hard Coating - Cor: Preto - Dimensões (LxPxA) - com apoio 44.54 cm x 16.7 cm x 35.9 cm - Peso: 2.72 kg Garantia: 1 ano					
---	--	--	--	--	--

- Valor Total: R\$ _____, ____ (_____)
- Prazo de Validade da Proposta: _____ dias

Declaramos ter pleno conhecimento das exigências do Edital e do objeto licitado e estarmos de acordo com os termos do mesmo e que acatamos suas determinações, bem como informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, carga, descarga e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação.

Dados da Empresa:

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Inscrição Estadual: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Email: _____

CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Dados Bancários:

Nome do Banco: _____

Nº do Banco: _____

Nº da Agência: _____

Nº da Conta: _____

Local e Data: _____

Dados do Representante Legal:

Nome completo _____

Estado civil _____

Profissão _____

CPF: _____

Documento de identidade (RG) _____

Domicílio e cargo do representante legal da empresa encarregado, nos termos do contrato social da assinatura do documento de contratação do Pregão _____

Assinatura do Representante Legal



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA - INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1241/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(Local e data)

.....
Assinatura do Representante Legal e carimbo da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ANEXO VII

MINUTA – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1241/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/.....

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA**, com sede na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na Rua Halfeld nº 955, Centro, com CNPJ nº 20.431.334/0001-27, denominada simplesmente **CÂMARA MUNICIPAL**, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Rodrigo Mattos, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº 8.883 de 09 de junho de 1994, observadas, ainda, o resultado do **Pregão Presencial nº 22/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, em conformidade com Decreto Federal nº 7.892/2013, Ato Municipal nº 167/2013, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 7.596, 25 de outubro de 2002, no que couber, Ato nº 63, de 29 de junho de 2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as modificações introduzidas por leis posteriores, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Lei Estadual nº 20.826, de 31 de julho de 2013, Lei Municipal nº 12.211, de 10 de janeiro de 2011, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis, conforme consta do **Processo Licitatório nº 1241/2018**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresas para aquisição de equipamentos de informática e software, na modalidade de Registro de Preços, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas nesta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 - O preço dos itens das empresas classificadas em primeiro lugar, encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando as Propostas Comerciais apresentadas pelas mesmas:

EMPRESA VENCEDORA: _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, Bairro _____, CEP _____, a seguir denominada FORNECEDOR , neste ato representada por _____, Sr. (a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____.					
Item	Descrição	Quantidade	Marca/Modelo	Preço Unitário	Preço Total
—	_____	_____	_____	R\$ __,_(____)	R\$ __,_(____)



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Segundo a ordem de classificação do item acima, as empresas que aceitaram executar o objeto da da presente Ata nas mesmas condições e preços propostos pelo primeiro classificado, foram:

Classificação	Empresa	Itens
2°		
3°		

2.2 - As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária nº 01.122.0007.2004.4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Homologado o resultado da licitação pelo Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, os fornecedores classificados serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo **Fornecedor** e desde que ocorra motivo justificado aceito pela **Câmara Municipal**.

3.1.1 - É facultado à **Câmara Municipal**, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.2 - A ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

3.2.1 - A recusa injustificada do **Fornecedor** classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

3.3 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pela **Câmara Municipal** mediante Nota de Empenho, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666/93.

3.3.1 - Cópia da Nota de Empenho deverá ser anexada ao processo de administração da Ata de Registro de Preços.

3.4 - O **Fornecedor** da Ata de Registro de Preços será obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta, mesmo que o término da contratação dele decorrente estiver previsto para data posterior à do seu vencimento.

3.5 - A **Câmara Municipal** tem a faculdade de firmar termo contratual, a partir e durante a vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos preceituados na legislação específica ou, conforme o caso, executar a avença com fundamento no art. 62 da Lei 8.666/93.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

3.6 – O fornecimento será de forma parcelada, nos termos do Art. 6, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.

3.7 - Os equipamentos de informática e software solicitados deverão ser entregues na Divisão de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal, situada na Rua Halfeld, nº 955, Centro, Juiz de Fora/MG, em dias úteis, no horário de 8 às 12 horas e de 14 às 17 horas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho.

3.8 - Os equipamentos de informática e software solicitados serão recebidos por uma Comissão designada pela Câmara Municipal, formada pelo fiscalizador e pelos Chefes da Divisão de Tecnologia de Informação e da Divisão de Patrimônio, onde serão firmados os Termos de Recebimento Provisório circunstanciado, assinado pelas partes.

3.9 - Durante o período de **10 (dez) dias da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório**, os equipamentos de informática e software solicitados ficarão sob observação, de molde a se verificar o cumprimento das exigências técnicas.

3.10 - Quaisquer ensaios, testes e demais provas necessárias à boa execução do objeto contratual, durante o Recebimento Provisório, correrão por conta da Contratada.

3.11 - Esgotado o prazo previsto no **item 3.9** e restando comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, os equipamentos de informática e software serão recebidos definitivamente pela comissão designada no **item 3.8**, mediante **Termo de Recebimento Definitivo** circunstanciado, assinado pelas partes.

3.12 - Os equipamentos de informática e software entregues em desacordo com as especificações previstas na ARP, no Contrato e na proposta adjudicatória será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a Contratada a repô-lo, no prazo assinalado pela fiscalização, sob pena de ser considerada inexecução contratual.

3.13 – A partir da data em que seja estipulada a entrega, os equipamentos de informática e software deverão estar em condições de uso imediato pela Câmara.

3.14 – A contratação será executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, respondendo cada uma das partes envolvidas na execução contratual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

4.1 - A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Presidente da **Câmara Municipal**, sendo obrigatório informar ao Pregoeiro os quantitativos das contratações.

4.1.1 - A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será igualmente autorizado pelo Presidente da **Câmara Municipal**, ou a quem este delegar a competência para tanto.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE DA ATA

5.1 - A Ata de Registro de Preços terá a **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

5.2 - Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, e Art. 15 do Ato Municipal nº 167/2013, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a **Câmara Municipal** não será obrigada à contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

5.3 – Os quantitativos mencionados são apenas para efeito de limites máximos. A **Câmara Municipal** reserva-se no direito de contratar as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

5.4 - Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial nº 22/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

6.1 – O **Fornecedor** responderá por todo e qualquer dano provocado à **Câmara Municipal**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **Câmara Municipal**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na presente Ata.

6.2 - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todos e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **Câmara Municipal**, decorrente do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **Fornecedor**, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **Câmara Municipal** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

6.3 - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **Fornecedor** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **Câmara Municipal**, esta comunicará ao **Fornecedor**, por escrito, para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar à **Câmara Municipal** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **Fornecedor** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **Câmara Municipal**, nos termos desta cláusula.

6.4 - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **Câmara Municipal**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pelo **Fornecedor**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **Câmara Municipal**, mediante a adoção das seguintes providências:

a) dedução de créditos do **Fornecedor**;



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

b) medida judicial apropriada, a critério da **Câmara Municipal**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.

7.1 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Pregoeiro promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Pregoeiro convocará o **Fornecedor** para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.2.1 - O **Fornecedor** que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.2.2 - A ordem de classificação do fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **Fornecedor** não puder cumprir o compromisso, a **Câmara Municipal** poderá:

7.3.1 - liberar o **Fornecedor** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.3.2 - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.3.2.1 - Não havendo êxito nas negociações, a **Câmara Municipal** deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.4 - Os preços registrados poderão ser suspensos nos seguintes casos:

a) quando o **Fornecedor**, convocado para a contratação, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;

b) quando o **Fornecedor**, convocado para executar o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o **Fornecedor** tiver comunicado à **Câmara Municipal** em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

7.5 - O registro do **fornecedor** será cancelado quando:

7.5.1 - descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.5.2 - não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, sem justificativa;



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

7.5.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.5.4 - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

7.5.4.1 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos **subitens 7.5.1, 7.5.2 e 7.5.4** será formalizado por meio de despacho, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.5.5 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do **fornecedor**.

7.5.6 - O cancelamento, pela **Câmara Municipal**, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.5.7 - A comunicação do cancelamento de preço registrado será formalizada pela **Câmara Municipal**, publicada no Órgão de Imprensa Oficial do Poder Legislativo municipal e divulgada no site www.camarajf.mg.gov.br, juntando-se o comprovante nos autos do presente registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - O fornecedor que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Juiz de Fora e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata, bem como das demais cominações legais.

8.2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento do Edital e da Ata de Registro de Preços:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega dos equipamentos de informática e software ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da contratação.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos equipamentos de informática e software ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Câmara Municipal, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

8.3 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela Câmara Municipal ou poderá ser pago por meio de guias próprias, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

8.4 - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.5 - As multas e sanções previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a Contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Câmara Municipal, por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

8.6 - As sanções previstas poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Presidente da Câmara Municipal, se entender a justificativa apresentada pela Contratada como relevante.

CLÁUSULA NONA - DAS IMPUGNAÇÕES AOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 - A impugnação aos preços registrados, em razão da incompatibilidade destes com os preços praticados no mercado, poderá ser interposta por qualquer cidadão, durante a vigência desta Ata, devendo atender aos seguintes requisitos de admissibilidade:

9.1.1 - Ser por escrita e protocolizada no **Núcleo de Licitações e Gestão de Contratos e Convênios** – situada na Rua Marechal Deodoro nº 722, 2º andar, com o servidor Felipe Loures Nunes - Pregoeiro., no horário de 8 às 12 horas e de 14 às 18 horas, de segunda a quinta-feira, sendo na sexta-feira até às 17 horas.

9.1.1.1 - A **Câmara Municipal** não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima e que, por isso, não sejam protocolizadas na vigência da Ata de Registro de Preços.

9.1.2 - Ser dirigida ao Pregoeiro da **Câmara Municipal**, responsável pelo acompanhamento e fiscalização desta Ata, que, cumpridos os requisitos de admissibilidade, decidirá a respeito, devendo, uma vez comprovada a procedência do pedido, tomar, inicialmente, conforme o caso, as medidas constantes dos subitens 11.2 e 11.5.1 do Edital.

9.1.2.1 - A decisão do Pregoeiro da **Câmara Municipal** será enviada ao impugnante via correio eletrônico ou via postal.

9.1.3 - Conter o número da Ata de Registro de Preços a qual se refere, com a descrição do objeto e a identificação do(s) item(s) cujo(s) preço(s) esteja(m) sendo impugnado(s);

9.1.4 - Conter o nome completo, a qualificação, cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoa Física e o endereço do impugnante;

9.1.5 - Conter provas da incompatibilidade do preço impugnado, por meio de pesquisa atualizada do mercado.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CLÁUSULA DÉCIMA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O gerenciamento e fiscalização desta Ata serão realizados pelo Pregoeiro da Câmara Municipal, conforme Art. 3º, inc. IV do Ato 167/2013 da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

10.2 - A execução da contratação, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, deverão ser acompanhadas e fiscalizadas pela Divisão de Tecnologia da Informação, por meio de servidor especialmente designado para o fiel cumprimento da função.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes contratadas, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente instrumento serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 22/2018**, seus anexos e a proposta dos **fornecedores** _____ classificados no certame supranumerado.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, pelos Decretos Municipais nº 7.596/2002 e nº 7.962/2003 no que couber, Ato nº 167/2013 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL

EMPRESA

EMPRESA

Testemunha 1

Ass: _____

Nome: _____

CPF: _____

Testemunha 2

Ass: _____

Nome: _____

CPF: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1241/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

CONTRATO Nº __/2018.

CONTRATO QUE ENTRE SI
FIRMAM A CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE
FORA E ___.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, com sede na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na Rua Halfeld nº 955, Centro, inscrita no MF, com CNPJ nº 20.431.334/0001-27, denominada simplesmente CÂMARA MUNICIPAL, neste ato representada por seu Presidente, Vereador _____, brasileiro, _____, residente e domiciliado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, inscrito no CPF nº _____ que este subscreve e _____, com sede na cidade de _____, na _____ nº _____, centro, inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, _____, _____, portador da CI nº _____, expedida pela _____, inscrito no CPF nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, na _____, bairro _____ que também subscreve, precedido de **Processo Licitatório nº 1241/2018, Pregão Presencial nº 22/2018**, firmam o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, de acordo com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresas para aquisição de equipamentos de informática e software, na modalidade de Registro de Preços, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas neste Contrato..

1.2 - Especificações detalhadas do objeto:

Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Marca/ Modelo
01	Microcomputador - Processador Nº de Núcleos: 4 Segmentos: 4 Frequência baseada em processador: 3,60 Ghz Cache: 6MB Smart Cache Nº de threads 4; Velocidade do barramento 8 GT/s DMI3; TDP: 65.0 W máximo - Memória	25	un	



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

<p>4GB Memória DDR4 2400 Mhz expansível até 32GB;</p> <ul style="list-style-type: none">- Portas e slots- Leitor de cartão de mídia 5 em 1- Unidade óptica: DVDRW- Tomada de áudio combinada- 2 portas USB 3.0- Entrada/Saída e microfone- Anéis de cadeado- Conector VGA- HDMI- 4 portas USB 2.0- Conector RJ-45 (Gigabit Ethernet)- Slots da placa de expansão- Unidade de fonte de alimentação- Slot do cabo de segurança- Armazenamento- Hard Drive 1TB- 7.200 RPM; <p>Conectividade - Wireless: 802.11bgn + Bluetooth 4.0, 2,4 GHz, 1x1</p> <ul style="list-style-type: none">- Adaptador de rede integrado 10/100/1000 <p>Vídeo - placa de vídeo HD com memória compartilhada</p> <p>Teclado - Multimídia USB;</p> <p>Mouse - USB;</p> <p>Monitor LED 19"</p> <ul style="list-style-type: none">- Monitor LCD com retroiluminação LED - 19- Tipo de Pannel: TN- Relação de Aspecto: 16:9- Resolução Nativa: 1366 x 768 a 60 Hz- Distância entre Pixels: 0.3 mm- Brilho: 200 cd/m²- Relação de Contraste: 600:1- Tempo de resposta: 5 ms (preto-a-branco)- Suporte de Cor: 16,7 milhões de cores- Conectores de Entrada: VGA, DisplayPort- Ajustes da Posição do Visor: Inclinação <p>- Revestimento de Tela :Anti-ofuscamento, 3H Hard Coating</p> <ul style="list-style-type: none">- Cor: Preto- Dimensões (LxPxA) - com apoio44.54 cm x 16.7 cm x 35.9 cm- Peso: 2.72 kg <p>- Plug and Play, DDC/CI, RoHS, CECP, TCO Displays</p> <p>Garantia do fabricante: Garantia de 3 anos</p> <p>Cabos</p> <ul style="list-style-type: none">- 02 De alimentação- 01 VGA- 01 Cabo display port <p>Sistema Operacional</p>			
--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

	- Microsoft Windows 10 Professional 64 bits português com a devida licença			
02	<p>Impressora Matricial</p> <p>Tecnologia de impressão: Matriz de pontos de impacto serial, 9 agulhas</p> <p>Velocidade de impressão: Rascunho ultrarrápido: 680 cps (12 cpi) / 556 cps (10 cpi); Rascunho em alta velocidade: 559 cps (10 cpi); Rascunho: 419 cps (10 cpi); Qualidade carta: 104 cps (10 cpi)</p> <p>Direção de impressão: Busca lógica bidirecional para impressão de texto e gráficos. A impressão unidirecional de texto ou gráficos pode ser selecionada usando comandos do software.</p> <p>Caracteres e linhas: Conjuntos de caractere: 13 tabelas de caracteres / 13 conjuntos de caracteres internacionais Fontes residentes bitmap: Rascunho ultrarrápido: 10, 12 cpi; Rascunho em alta velocidade: 10, 12, 15, 17, 20 cpi; Rascunho: 10, 12, 15, 17, 20 cpi; NLQ (Roman / SansSerif): 10, 12, 15, 17, 20 cpi, proporcional; Fontes de código de barra: EAN-13, EAN-8, Intercalado 2 de 5, UPC-A, UPC-E, Code 39, Code 128, POSTNET, Codabar (NW-7), Industrial 2 de 5, Matrix 2 de 5</p> <p>Formatando: 1/6 pol ou programável em incrementos de 1/432 pol. Espaçamento entre linhas: 6 linhas por polegada padrão (opção 8 lpi disponível somente na FX-2190 OkidataMode).</p> <p>Nível de ruído: 55 dBA (padrão ISO 7779) Dimensões: 15,24 cm x 58,42 cm x 33,08 cm Peso: 9,62 kg Garantia: 1 ano</p> <p>Geral: Fonte, resolução, pausar, cortar, seleção de compartimento, alimentação de linha, alimentação de formulário, carregar, ejetar, microajustar, ajuste do topo do formulário, bloqueio do painel, redefinir, menu, seleção de configuração padrão</p> <p>Formulários: contínuo multivias, original mais 5 cópias não carbonadas, 1 + 8 cópias com tracionador de empurrar, espessura máxima 0,018 pol</p> <p>Largura: Folhas avulsas: 3,9 a 16,5 pol, Contínuo: 4,0 pol a 16,0 pol, Alimentador automático para folhas soltas Comprimento: Folhas avulsas: 3,9 pol a 14,3 pol Contínuo: 4,0 pol a 22,0 pol Alimentador automático para folhas soltas > 10,1 pol a 14,0 pol Etiquetas: 2,5 pol x 0,94 pol (mínimo) Papel em rolo: 8,5 pol de largura Mecanismo de alimentação do papel: Alimentação por fricção (frontal, traseira); Tracionador para empurrar (frontal, traseiro); Tracionador para puxar (frontal, traseiro);</p> <p>- Tracionador para empurrar e puxar** (frontal, traseiro); Alimentador automático para folhas soltas (opcional); Suporte para</p>	2	un	



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

	<p>rolo (opcional)</p> <p>Velocidade de alimentação do papel: 62 milissegundos por 1/6 pol. 5 pol por segundo, alimentação contínua.</p> <p>Drivers de software: Windows® 95, NT 4.0, 98, 2000, Me, XP, Vista e 7</p> <p>Buffer de entrada: 128K</p> <p>Interfaces: Paralela bidirecional (IEEE 1284 modo Nibble suportado) / USB 1.1 / Slot tipo B para placas de interface opcionais</p> <p>Energia:</p> <p>Voltagem nominal: 110 V CA</p> <p>Frequência nominal: 50 a 60 Hz</p> <p>Consumo de energia:</p> <ul style="list-style-type: none">· Aprox. 53W 9ISO/ IEC 10561· Aprox. 4W (em modo inativo)· 0 W em modo desligado· Compatível com Energy Star <p>Intervalo da frequência de entrada: 49,5 a 60,5 Hz</p>			
03	<p>Impressora Multifuncional, com tanque de tinta externo</p> <ul style="list-style-type: none">- Sistema sem respingos: o reabastecimento de tinta é limpo e fácil com o sistema sem respingos, a tinta só é liberada quando colocada no tanque;- Tela de LCD com 7 segmentos, permitindo visualizar as principais funções da multifuncional.- Imprime até 8000 páginas com um conjunto de recipientes em cores original ou até 5000 páginas preto;- Digitalização do tipo mesa, com resolução ótica de até 1200 dpi.- Imprima facilmente documentos, fotos e muito mais a partir de seu iPhone e iPad usando o AirPrint, e de smartphones e tablets com sistema operacional Android, Windows 8, Windows 10 e Google Chrome.- Refils de tinta individuais, onde só se completa o reservatório de tinta que acabar.- Recipientes de tinta transparentes e de alta capacidade para gerenciamento prático da tinta. <p>Características técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Tecnologia: Jato de Tinta Térmico- Velocidade do processador: 360 MHz- Ciclo de trabalho (mensal, A4): até 1000 páginas- Volume mensal de páginas (recomendado): 400 até 800- Impressão sem margens: até 210 x 297 mm (A4)- Tipo de fonte de alimentação: Interno (Bivolt)- Consumo de energia: 10 Watts (máx.)- Dimensões: 31 / 52,5 / 15,8 cm (Prof / Larg / Alt)- Dimensões da embalagem: 40 / 59 / 20,5 cm (Prof / Larg / Alt) <p>Conectividade padrão:</p> <ul style="list-style-type: none">- Porta USB 2.0- WiFi 802.11 b/g/n	2	un	



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

04	<p>Impressora Laser Multifuncional</p> <p>Características Gerais</p> <ul style="list-style-type: none">- Impressora- Copiadora- Scanner- Memória: 256 MB <p>Tecnologias de resolução de impressão: FastRes600, FastRes 1200;</p> <ul style="list-style-type: none">- Número dos cartuchos de impressão: 1 preto- Idiomas padrão de impressora: PCLmS, URF, PWG- Tipo de digitalização / Tecnologia: Base plana / CIS;- Formatos dos arquivos digitalizados: JPEG, PDF, PNG; <p>- Modos de Entrada para Digitalização: Digitalização via HP LaserJet Scan (Windows®); HP Director (Macintosh) ou software em conformidade com TWAIN ou WIA;</p> <p>- Tamanho da digitalização: Base plana: 215.9 x 297 mm; 8.5 x 11.7 pol.</p> <ul style="list-style-type: none">- Formato de arquivo de digitalização nativo: PDF, JPG;- Formato de arquivo de digitalização de software: JPEG, RAW(BMP), PNG, TIFF, PDF; <p>- Profundidade de bits / Níveis de escala de cinza: 24 bits / 256;</p> <p>- Definições de copiadora No. de cópias; Mais claro/escuro; Otimizar; Papel; Cópia de várias páginas; Modo rascunho;</p> <ul style="list-style-type: none">- Velocidade de transmissão do fax Até: 4,2 kB/s15; <p>Funcionalidades de fax</p> <p>Memória do fax: Até 1.000 páginas;</p> <p>Suporte de redução automática de fax: Não;</p> <p>Remarcação Automática: Não;</p> <p>Envio de Fax Adiado: Não;</p> <p>Compatibilidade com detecção de toque distintivo: Não;</p> <p>Fax forwardingsupported: Não;</p> <p>Suporte de interface TAM de telefone de fax: Não;</p> <p>Fax pollingsupported: Sim (polling apenas para receber);</p> <p>Suporte de modo de telefone de fax: Não;</p> <p>Suporte de junkbarrier: Não;</p> <p>Marcação de números com a máxima velocidade: Até 120 números (119 discagens de grupo);</p> <p>Suporte de interface de PC: Não;</p> <p>Suporte de capacidade de recuperação remota: Não;</p> <p>Suporte de handset telefônico: Não;</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacidades de Rede: Ethernet 10/100; <p>- Pronto para trabalhar em rede: Padrão (Ethernet, Wi-Fi 802.11 b/g/n integradas);</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacidade sem fios: Padrão (Wi-Fi 802.11b/g/n); <ul style="list-style-type: none">- Velocidade do processador: 600 MHz / Disco rígido: Não;- Volume mensal de páginas recomendado: 150 a 1.50010; <p>- Tipos de Suportes de Impressão comportados: Papel (laser, normal, fotográfico, áspero, velino), envelopes, etiquetas, cartolina, cartões postais;</p> <ul style="list-style-type: none">- Peso suportado da mídia: 60 a 163 g/m²;- Tamanhos de mídia suportados A4; A5; A6; B5 (JIS);- Tamanhos personalizados das mídias: 76 x 127 a 216 x 356 mm;	5	un	
----	---	---	----	--



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

<p>Manuseamento de papel Bandeja de entrada para 150 folhas; Bandeja para 100 folhas; Opções de frente e verso: Frente e verso manual; Capacidade do alimentador automático de documentos: Não; Bandejas para Papel Standard: 1; Capacidades de entrada: Até 150 folhas Padrão; Até 10; Capacidades de saída: Até 100 folhas Padrão; Até 10;</p> <p>- Painel de controle LCD de 2 linhas com teclado alfanumérico: Visor LCD de texto com 2 linhas; Botões (OK, Anterior, Avançar/Retroceder, Cancelar, Número de Cópias, Mais Escuro/Mais Claro, Menu de Cópia, Iniciar Cópia, Configuração Principal, Remarcar, Teclado Alfanumérico, Iniciar Fax); 2 luzes indicadoras de díodos emissores de luz (LED) (Pronto, Atenção); - Descrição do visor: LCD, 2 linhas;</p> <p>Sistemas operacionais compatíveis Windows® 10, 8.1, 8, 7: 32 ou 64 bits, 2 GB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Internet Explorer; Windows Vista®: (somente 32 bits), 2 GB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Microsoft® Internet Explorer 8; Windows® XP SP3 ou superior (somente 32 bits): qualquer processador Intel® Pentium® II, Celeron® ou compatível (233 MHz), 850 MB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Microsoft® Internet Explorer 8; Apple® OS X Yosemite (v10.10), OS X Mavericks (v10.9), OS X Mountain Lion (v10.8); HD 1 GB; Necessário acesso à Internet; USB; Linux;</p> <p>Sistemas operacionais de rede compatíveis Windows® 10, 8.1, 8, 7: 32 ou 64 bits, 2 GB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Internet Explorer; Windows Vista®: (somente 32 bits), 2 GB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Microsoft® Internet Explorer 8; Windows® XP SP3 ou superior (somente 32 bits): qualquer processador Intel® Pentium® II, Celeron® ou compatível (233 MHz), 850 MB de espaço disponível em disco rígido, unidade de CD-ROM/DVD ou conexão com a Internet, porta USB, Microsoft® Internet Explorer 8; Apple® OS X Yosemite (v10.10), OS X Mavericks (v10.9), OS X Mountain Lion (v10.8); HD 1 GB; Necessário acesso à Internet; USB; Linux.</p> <p>Alimentação Tipo de fonte de alimentação: Interno;</p>			
--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

	<p>Requisitos de Energia: Tensão de entrada de 110 volts: 110 a 127 VCA (+/- 10%), 60/50 Hz, 4,8 A; Tensão de entrada de 220 volts: 220 a 240 VCA (+/- 10%), 60/50 Hz, 2,8 A; Consumo de energia: 255 watts (imprimindo), 4,2 watts (pronta), 1 watt (suspensão), 0,05 watt (Desliga automático/Wake on USB, ativado no envio), 0,05 watt (Desliga automático/Liga manual), 0,05 (Desliga manual);</p> <p>Acompanha: Cabo USB Cabo alimentação Cartucho tonner preto inicial Cd instalação Guia de instalação</p> <p>Garantia 1 ano</p>			
05	<p>Monitor LED 19" - Monitor LCD com retro iluminação LED - 19 - Tipo de Painel: TN - Relação de Aspecto: 16:9 - Resolução Nativa: 1366 x 768 a 60 Hz - Distância entre Pixels: 0.3 mm - Brilho: 200 cd/m² - Relação de Contraste: 600:1 - Tempo de resposta: 5 ms (preto-a-branco) - Suporte de Cor: 16,7 milhões de cores - Conectores de Entrada: VGA, DisplayPort - Ajustes da Posição do Visor: Inclinação - Revestimento de Tela :Anti-ofuscamento, 3H Hard Coating - Cor: Preto - Dimensões (LxPxA) - com apoio 44.54 cm x 16.7 cm x 35.9 cm - Peso: 2.72 kg</p> <p>Garantia: 1 ano</p>	6	un	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1- Para todos os efeitos legais e melhor caracterização do objeto, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) **Edital de Pregão nº 04/2018 e seus anexos;**
- b) Proposta da Contratada.

2.2 - Os documentos referidos no item **2.1** são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 – O fornecimento será de forma parcelada, nos termos do Art. 6, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.

3.2 - Os equipamentos de informática e software solicitados deverão ser entregues na Divisão de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal, situada na Rua Halfeld, nº 955, Centro, Juiz de Fora/MG, em dias úteis, no horário de 8 às 12 horas e de 14 às 17 horas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho.

3.3 - Os equipamentos de informática e software solicitados serão recebidos por uma Comissão designada pela Câmara Municipal, formada pelo fiscalizador e pelos Chefes da Divisão de Tecnologia de Informação e da Divisão de Patrimônio, onde serão firmados os **Termos de Recebimento Provisório** circunstanciado, assinado pelas partes.

3.4 - Durante o período de **10 (dez) dias da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório**, os equipamentos de informática e software solicitados ficarão sob observação, de molde a se verificar o cumprimento das exigências técnicas.

3.5 - Quaisquer ensaios, testes e demais provas necessárias à boa execução do objeto contratual, durante o Recebimento Provisório, correrão por conta da Contratada.

3.6 - Esgotado o prazo previsto no **item 3.4** e restando comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, os equipamentos de informática e software serão recebidos definitivamente pela comissão designada no **item 3.3**, mediante **Termo de Recebimento Definitivo** circunstanciado, assinado pelas partes.

3.7 - Os equipamentos de informática e software entregues em desacordo com as especificações previstas na ARP, no Contrato e na proposta adjudicatória será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a Contratada a repô-lo, no prazo assinalado pela fiscalização, sob pena de ser considerada inexecução contratual.

3.8 – A partir da data em que seja estipulada a entrega, os equipamentos de informática e software deverão estar em condições de uso imediato pela Câmara.

3.9 – A contratação será executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, respondendo cada uma das partes envolvidas na execução contratual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 – Entregar os equipamentos de informática e software solicitados de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas neste Contrato.

4.2 – Cumprir os prazos previstos ou outro que venha a ser fixado pela Câmara Municipal.

4.3 – Responder por quaisquer danos que, por sua culpa ou dolo, venham a ser causados à Câmara ou a terceiros, durante o fornecimento dos equipamentos de informática e software, inclusive, por atos praticados pelos seus funcionários, ficando assim, afastada qualquer responsabilidade da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

4.4 – Substituir de imediato, às suas expensas, os equipamentos de informática e software nos quais forem detectados defeitos, vícios ou que não se adequem às especificações deste Contrato.

4.5 - Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a entrega dos equipamentos de informática e software, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado.

4.6 – Entregar os equipamentos de informática e software na Câmara Municipal em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões ou quaisquer outros problemas físicos, com a documentação completa e atualizada (manuais, catálogos, folders, termos de garantia), necessária a sua operação.

4.7 – Todos os equipamentos de informática e software fornecidos deverão possuir garantia integral durante o prazo de validade contra qualquer defeito de fabricação, incluindo avarias no transporte até o local de entrega mesmo após sua aceitação pelo fiscalizador do contrato, ficando a expensas da Contratada a substituição dos equipamentos que apresentarem anomalias, vícios ou defeitos.

4.8 – Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, bem como as cláusulas do Contrato, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da Contratada.

4.9 - Atender ao chamado da Câmara Municipal em no máximo 12 (doze) horas para proceder à visita técnica em caso de defeito, em horário de expediente, contados da data de notificação da Contratada do defeito verificado, para o procedimento técnico cabível.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

5.1 – Assegurar livre acesso ao pessoal da Contratada, devidamente identificado, ao local de entrega dos equipamentos de informática e software, dentro do horário de expediente a ser determinado para o recebimento dos mesmos.

5.2 – Comunicar à Contratada qualquer irregularidade no fornecimento dos equipamentos de informática e software, e interromper imediatamente, se for o caso, o seu fornecimento.

5.3 – Devolver os equipamentos de informática e software que não apresentarem condições de serem utilizados.

5.4 – Solicitar a substituição dos equipamentos de informática e software que não se adequem às especificações constantes neste Contrato, mediante comunicação a ser feita pelo Fiscalizador.

5.5 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

6.1 – O **Fornecedor** responderá por todo e qualquer dano provocado à **Câmara Municipal**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **Câmara**



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Municipal, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

6.2 - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todos e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **Câmara Municipal**, decorrente do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **Fornecedor**, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **Câmara Municipal** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

6.3 - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **Fornecedor** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **Câmara Municipal**, esta comunicará ao **Fornecedor**, por escrito, para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar à **Câmara Municipal** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **Fornecedor** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **Câmara Municipal**, nos termos desta cláusula.

6.4 - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **Câmara Municipal**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pelo **Fornecedor**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **Câmara Municipal**, mediante a adoção das seguintes providências:

- dedução de créditos do **Fornecedor**;
- medida judicial apropriada, a critério da **Câmara Municipal**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO, DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1 - As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária nº **01.122.0007.2004.4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente**.

7.1.1 - Pelos itens contratados, a Câmara Municipal pagará à Contratada o valor unitário de R\$ __, __ (_____), perfazendo o valor total máximo de até R\$ __, __ (_____), conforme Proposta Comercial apresentada pela Contratada no **Processo Licitatório nº 1241/2018, Pregão Presencial nº 22/2018** e conforme abaixo discriminado:

Item	Valor Unitário	Valor Total
1	R\$ __, __ (_____)	R\$ __, __ (_____)
2	R\$ __, __ (_____)	R\$ __, __ (_____)
3	R\$ __, __ (_____)	R\$ __, __ (_____)
4	R\$ __, __ (_____)	R\$ __, __ (_____)
5	R\$ __, __ (_____)	R\$ __, __ (_____)

7.2 - O pagamento será efetuado pela Divisão de Contabilidade da Câmara Municipal, creditado em favor da Contratada através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, o qual ocorrerá no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** posteriores a apresentação



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

da competente nota fiscal/fatura junto à Divisão de Expediente da Câmara Municipal e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por servidor lotado na Divisão de Tecnologia da Informação, responsável pela fiscalização da contratação:

BANCO: _____
AGÊNCIA: _____
CONTA CORRENTE: _____

7.3 – Para efeito de pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, do Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, emitido pelo Ministério da Fazenda e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.4 – No caso do objeto estar em desacordo com as especificações e demais exigências do Edital, fica a Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Contratada, das penalidades previstas no Edital e na Lei nº 8.666/93.

7.5 – A Câmara Municipal poderá descontar do pagamento as importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela Contratada, por força da contratação.

7.6 – Na hipótese prevista no subitem **7.4** não correrão juros ou atualizações monetárias de qualquer natureza, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.7 – Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e, no caso de incorreção, serão devolvidos e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal/fatura.

7.8 - Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Câmara Municipal, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, calculada à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), *pro rata die*, calculada através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira

TX = percentual da taxa de juros de mora anual

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = valor da parcela em atraso

7.9 – Para a hipótese definida no subitem **7.8**, a Contratada fica obrigada a emitir nota fiscal/fatura suplementar, identificando, de forma clara, que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento Câmara Municipal.

7.10 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

8.1 – A Contratada é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato e, conseqüentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que provocar à Câmara Municipal e terceiros.

8.2 – A Contratada é responsável pela análise e estudo de todos os documentos fornecidos pela Câmara Municipal, para a execução do objeto, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância, defeito ou insuficiência de tais documentos.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

9.1 – A execução do objeto, nos termos do art. 67 da Lei nº 8666/93 e suas alterações, deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Divisão de Tecnologia da Informação, através de servidores lotados neste setor, especialmente designados.

9.2 - Ao fiscalizador da contratação caberá as seguintes atribuições:

a) verificar os equipamentos de informática e software, a fim de garantir a qualidade;

b) expedir Atestado de Fiscalização dos equipamentos de informática e software recebidos, tendo como base a nota fiscal/fatura apresentada pela Contratada, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos;

c) advertir a Contratada, por escrito, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução da contratação, fixando-lhe prazo para sua regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste mesmo instrumento.

9.3 - Os acompanhamentos e as fiscalizações pela Divisão de Tecnologia da Informação não excluem nem reduzem a responsabilidade da Contratada pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

9.4 - A Câmara Municipal reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com o previsto no Contrato, no todo ou em parte, podendo rescindi-lo, nos termos dos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – O descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte da **Contratada** poderá, garantida a prévia defesa, ensejar a aplicação das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento do Contrato:

a) **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega dos equipamentos de informática e software ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da contratação.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos equipamentos de informática e software ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Câmara Municipal, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

10.3 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela Câmara Municipal ou poderá ser pago por meio de guias próprias, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

10.4 - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.5 - As multas e sanções previstas neste Edital não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a Contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Câmara Municipal, por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

10.6 - As sanções previstas poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Presidente da Câmara Municipal, se entender a justificativa apresentada pela Contratada como relevante.

10.7 - Pela inexecução parcial ou total da contratação, a Câmara Municipal poderá aplicar, por escrito, à Contratada, garantindo prévia defesa a ser exercida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, as sanções estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 – O Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

a) por ato unilateral e escrito da Câmara Municipal, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) por acordo entre as partes, reduzido a termo;

c) na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Além das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8666/93, constituem causas de rescisão do Contrato:

a) interromper a execução do objeto por qualquer prazo, sem motivo que justifique e sem autorização expressa e escrita da Câmara Municipal;

b) não satisfizer as exigências da Câmara Municipal com relação à boa qualidade dos serviços prestados;

c) se a Contratada proceder dolosamente em prejuízo da Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE

CONTRATOS E CONVÊNIOS

11.3 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurado à Contratada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4 - Ocorrendo a rescisão do Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da Contratada, a Câmara Municipal responderá pelo valor pactuado, devido em face dos equipamentos fornecidos pela Contratada, até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CÂMARA MUNICIPAL

12.1 – A Contratada reconhece os direitos da Câmara Municipal, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

13.1 - O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma dos artigos 54 e 55, inciso XII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.2 - Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da Contratada com terceiros, sem autorização prévia da Câmara Municipal, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

14.3 - Este Contrato não poderá ser utilizado, sem prévia e expressa autorização da Câmara Municipal, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

14.4 - A Câmara Municipal poderá, a seu critério, acrescer ou suprimir em até 25% (vinte e cinco por cento) o valor atualizado do Contrato, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

14.5 - A Câmara Municipal reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer objeto em desacordo com o previsto neste Contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

14.6 - Qualquer tolerância por parte da Câmara Municipal, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor, todas as cláusulas deste Contrato, podendo a Câmara Municipal exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

14.7 - Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Câmara Municipal e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da Contratada designadas para a execução do seu objeto, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA NÚCLEO DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

14.8 - A inobservância dos prazos e condições estipulados neste Contrato ensejará a aplicação das sanções previstas neste mesmo instrumento.

14.9 - O extrato do presente instrumento contratual será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal, disponível no endereço eletrônico www.camarajf.mg.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, Minas Gerais, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: